



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXI — N.º 22

CAPITAL FEDERAL

SABADO, 12 DE MARÇO DE 1966

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDENCIA

DESTINADAS A APRECIACÃO DE VETOS PRESIDENCIAIS

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 22, 23, 24, 29, 30 e 31 de março, 12, 13, 14, 26, 27 e 28 de abril, 3 e 4 de maio do ano em curso às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem dos vetos presidenciais constantes da relação anexa.

Senado Federal, em 2 de março de 1966.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

SESSÕES CONJUNTAS

Dia 22 de março: veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.184-D-65 na Câmara e nº 229-65 no Senado, que dispõe sobre o regime de trabalho nos portos organizados e dá outras providências.

Dia 23 de março: veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.513-65 na Câmara e nº 1421-65 no Senado, que reorganiza o Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da Segunda Região e dá outras providências; — veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.511-A-65 na Câmara e nº 27-63 no Senado, que regula o pagamento referente à cota de que trata o art. 20 da Constituição Federal e dá outras providências; — veto (total) ao Projeto de Lei nº 813-E-63 na Câmara e nº 307-64 no Senado, que concede isenção do imposto de importação e consumo, de emolumentos consulares e da taxa de despacho aduaneiro, excetuando a cota de previdência social, para equipamentos industriais e acessórios destinados à produção de papel para impressão de jornais, periódicos e livros e dá outras providências; — veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.141-D-65 na Câmara e nº 221-65 no Senado, que dispõe sobre as novas atribuições da Comissão de Marinha Mercante e do Conselho Superior do Trabalho Marítimos e dá outras providências; — veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.162-C-65 na Câmara e nº 209-65 no Senado, que revoga a Lei nº 4.127, de 27 de agosto de 1962 e estabelece normas para a prestação do serviço de vigilância portuária por vigias matriculados nas Delegacias do Trabalho Marítimo.

Dia 24 de março: veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 13-65 (C.N.), que reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares, altera as alíquotas dos impostos de renda, importação consumo e selo e a quota de previdência social, unifica as contribuições baseadas nas folhas de salário e dá outras providências.

Dia 29 de março: veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.208-65 na Câmara e nº 263-65 no Senado, que cria medidas de estímulo à Indústria de Construção Civil; — veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.595-B-65 na Câmara e nº 222-65 no Senado, que isenta de quaisquer tributos as embarcações de até uma tonelada; — veto (total) ao Projeto de Lei nº 3.022-B-65 na Câmara e nº 272-65 no Senado, que altera a redação do art. 46 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações); — veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.035-65 na Câmara e nº 292-65 no Senado, que concede isenção dos impostos de importação e de consumo e das taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, ao equipamento importado pela Cervejaria Paraense S.A. — CERPASA — destinado à instalação de uma fábrica de cerveja em Belém, Estado do Pará; — veto (total) ao Projeto de Lei nº 1.781-D-64 na Câmara e nº 191-64 no Senado, que retifica, sem ônus, a Lei nº 4.295, de 16 de dezembro de 1963 que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1964.

Dia 30 de março: veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 11-65 (C.N.), que dispõe sobre a produção açucareira a recenseamento do Instituto do Açúcar e do Alcool e sua aplicação e dá outras providências.

Dia 31 de março: veto (total) ao Projeto de Lei nº 3.204-B-61 na Câmara e nº 127-65 no Senado, que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Arquitetura e Agronomia; — veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 15-65 (C.N.) que dispõe sobre a inatividade dos militares da Marinha, da Aeronáutica e do Exército; — veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.276-D-65 na Câmara e nº 291-65 no Senado que dá nova redação ao art. 2º e ao § 1º do art. 6º da Lei nº 4.725, de 3 de julho de 1965 que estabelece normas para o processo dos dissídios coletivos; — veto (total) ao Projeto de Lei nº 479-C-63 na Câmara e nº 234-65 no Senado, que torna obrigatória a qualidade de jornalista profissional para a ocupação dos cargos do Serviço Público relacionados com a imprensa falada, escrita ou televisada.

Dias 12 e 13 de abril: veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.209-A-65 na Câmara e nº 257-65 no Senado, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior.

Dia 14 de abril: veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 4.295-D-62 na Câmara e nº 23-64 no Senado, que dispõe sobre a organização do Ministério das Minas e Energia e dá outras providências; — veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.273-D-65 na Câmara e nº 285-65 no Senado, que dispõe sobre o uso de cofres de carga nos transportes de mercadorias; — veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.316-65 na Câmara e nº 318-65 no Senado, que modifica dispositivo da Lei nº 3.119, de 31 de março de 1957, que autoriza a União a constituir uma sociedade por ações, denominada "Sociedade Termoeletrica de Capivari — SOTELCA" e que passa a denominar-se "Sociedade Termoeletrica de Capivari S.A. — SOTELCA".

Dias 26 e 27 de abril: veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.083-E-65 na Câmara e nº 281-65 no Senado, que modifica o "Plano Nacional de Viação" estabelecido na Lei nº 4.592, de 29.12.64.

Dia 28 de abril: veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.071-B-64 na Câmara e nº 277-65 no Senado, que dispõe sobre a integração do surdo em cargos do Serviço Público Federal; — veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.176-B-63 na Câmara e nº 294-65 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Minas e Energia, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000, para complementação dos recursos destinados à construção da "Usina Contraci Nubes"; — veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.272-B-63 na Câmara e nº 284-65 no Senado, que estende aos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto no Pará o regime de isenção fiscal de que gozam o Lorde Brasileiro e a Companhia de Navegação Costeira.

Dia 3 de maio: veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 10-65 (C.N.) que aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1966, 1967, 1968 e dá outras providências.

Dia 4 de maio: veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.648-C-65 na Câmara e nº 267-65 no Senado, que proíbe o emprego da palavra "couro" em produtos industriais e dá outras providências; — veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.537-B-65 na Câmara e nº 263-65 no Senado, que estabelece os casos em que a autorização a funcionário público para se ausentar do País deve ser concedida pelo órgão ou repartição pública a que esteja subordinado; — veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 952-C-66 na Câmara e nº 11-64 no Senado que regula o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa civil e penal, nos casos de abuso de autoridade; — veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.000-D-65 na Câmara e nº 230-65 no Senado, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1966.

SENADO FEDERAL

ATA DA 8ª SESSÃO, EM 11 DE
MARÇO DE 19664ª Sessão Legislativa,
da 5ª LegislaturaPRESIDÊNCIA DO SR. NOGUEIRA
DA GAMAA 14 horas e 30 minutos acham-
se presentes os Srs. Senadores:

Adaiberto Sena
Oscar Passos
Edmundo Levi
Arthur Virgílio
Zacharias de Assumpção
Cátete Pinheiro.
Manoel Vilaça
Dômínio Gondom
Pessoa de Queiroz
Emílio de Moraes
Silvestre Péricles
Aloysio de Carvalho
Jesaphat Marinho
Eduardo Rezende
Aurélio Vianna
Nogueira da Gama
José Feliciano
Padro Ludovico
Lopes da Costa
Bezerra Neto
Atílio Fontana
Daniel Krieger
Gey da Fonseca

O SR. PRESIDENTE.

(Nogueira da Gama) — A lista de
presença acusa o comparecimento de
2 Srs. Senadores. Havendo núme-
ro legal, declaro aberta a sessão.

Val ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à
leitura da ata da sessão anterior,
que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o se-
guinte:

EXPEDIENTE

MENSAGENS — Do Senhor Pre-
sidente da República, nos seguintes
termos:

MENSAGEM

Nº 8, de 1966

Nº 55, DE 1966, NA ORIGEM

Senhores Membros do Senado Fe-
deral:

De acordo com o preceito consti-
tucional e nos termos dos artigos 22
e 23 da Lei nº 3.917, de 14 de julho
de 1961, tenho a honra de submeter
à aprovação de Vossas Excelências a
designação que desejo fazer do Se-
nhor Fernando Ramos de Alencar,
ocupante de cargo de Ministro de
Primeira Classe, da carreira de Di-
plomata, do Quadro de Pessoal, Par-
te Permanente, do Ministério das Re-
lações Exteriores para exercer a fun-
ção de Embaixador Extraordinário e
Plenipotenciário do Brasil junto ao
Governo da República Federal da Ale-
manha.

2. Os méritos do Senhor Fernando
Ramos de Alencar, que me induziram
a escolhê-lo para o desempenho des-
sa função, constam da anexa infor-
mação do Ministério das Relações Ex-
teriores.

Brasília, em 10 de março de 1966.
— Humberto de Alencar Castello Branco.

CURRICULUM VITAE

FERNANDO RAMOS DE ALENCAR

1. Nascido em Porto Alegre, Estado
do Rio Grande do Sul, em 29 de abril
de 1919. "Master" em Ciências Poli-
ticas e Sociais pela Escola Superior
de Guerra, no Curso Superior de Guer-
ra, em 1956.

2. Ingressou no Ministério das Re-
lações Exteriores, como extranumera-
rio, em 18 de junho de 1937; nomeado

Consul de Terceira Classe, em 6 de
outubro de 1938; promovido a Consul
de Segunda Classe, por merecimento,
em 7 de dezembro de 1943; promovido
a Consul de Primeira Classe, por me-
recimento, em 30 de junho de 1948;
Conselheiro em 28 de janeiro de 1953;
promovido a Ministro de Segunda
Classe, por merecimento em 6 de no-
vembro de 1953; promovido a Minis-
tro de Primeira Classe, por mereci-
mento, em 5 de maio de 1959.

3. Durante a sua carreira, exerceu
as seguintes funções no exterior: Vice-
Consul, no Consulado do Brasil em
Miami; Primeiro Secretário, na Em-
baixada do Brasil nos Estados Uni-
dos da América; Primeiro Secretário,
servindo provisoriamente, na Delega-
ção do Brasil junto à Organização dos
Estados Americanos; Primeiro Secre-
tário, na Embaixada do Brasil no Ca-
nadá; Primeiro Secretário, na Em-
baixada do Brasil na Itália; Conselheiro
de Embaixada, na Embaixada do Bra-
sil na Itália; Ministro Conselheiro, na
Embaixada do Brasil na Itália; En-
carregado de Negócios do Brasil na
Itália, Embaixador do Brasil no Chile.

4. Além dessas funções, foi desig-
nado para as seguintes missões e co-
missões: Auxiliar do Chefe do Depar-
tamento de Administração do M.R.E.
em 1946; Assistente do Subsecretário-
Geral da Conferência Interamericana
para a Manutenção da Paz e da Se-
gurança no Continente, em 1947; De-
legado-Substituto do Brasil na Comis-
são sobre métodos para a Solução Pa-
cífica nas Controvérsias, em Washing-
ton, em 1949. Chefe da Divisão do Ma-
terial do Departamento de Adminis-
tração do M.R.E. em 1955, Assistente
do Comando da Escola Superior de
Guerra, em 1956. Diretor do Curso de
Mobilização Nacional da Escola Su-
perior de Guerra, em 1956. Presiden-
te, em comissão, do Instituto Nacional
de Imigração e Colonização, em 1957;
Chefe da Delegação do Brasil na VI
Sessão do Conselho do Comitê Inter-
governamental para as Migrações Eu-
ropéias, em 1957. Chefe do Departa-
mento de Administração do M.R.E.
em 1958. Membro da Missão Especial
à Colômbia, com a categoria de De-
legado, em 1958. Presidente do Grupo
de Trabalho incumbido da elaboração
do anteprojeto da lei de reforma da
organização e dos quadros de pessoal
do M.R.E., em 1958. Representante
do M.R.E. no Grupo de Trabalho en-
carregado do planejamento da transfe-
rência dos órgãos de administração fe-
deral para Brasília, em 1958. Membro
da Comissão instituída para o Estudo
e Planejamento do novo edifício do
M.R.E. em Brasília, em 1958. Mem-
bro, na qualidade de Delegado, da De-
legação do Brasil à reunião do "Co-
mitê dos 21", realizada em Buenos
Aires, em abril de 1959. Designado
para exercer a função de Secretário-
Geral do M.R.E. em 11 de agosto
de 1959. Presidente em representação
do Senhor Presidente da República, do
I Congresso Nacional dos Brasileiros
Naturalizados, realizado em Brasília,
em 1959. Paralelo da Turna de 1959
do Curso de Preparação à Carreira
de Diplomata, do Instituto Rio Branco
Ministro de Estado das Relações Ex-
teriores, Interino, em 1960. Membro
da Missão Especial para representar o
Brasil nas solenidades da posse de Sua
Excelência o Senhor Eduardo Frei
Presidente da República do Chile, em
1964.

5. O Embaixador Fernando Ramos
de Alencar é indicado para exercer a
função de Embaixador Extraordinário
e Plenipotenciário do Brasil junto ao
Governo da República Federal da Ale-
manha. — Jorge A. de Seixas Cor-
reia, Chefe da Divisão do Pessoal.

A Comissão de Relações Exte-
riores.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso no edifício do Departamento de Imprensa Nacional

BRASILIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 80,

Ano Cr\$ 96

Exterior

Ano Cr\$ 136,

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 39,

Ano Cr\$ 76,

Exterior

Ano Cr\$ 108,

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as
assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses
ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de
solarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência
à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do
Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos
aos assinantes somente mediante solicitação.

MENSAGEM

Nº 9, de 1966

(Nº 56, DE 1966, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Fe-
deral:

De acordo com o preceito consti-
tucional, tenho a honra de submeter à
aprovação de Vossas Excelências a de-
signação que desejo fazer do Senhor
Sérgio Armando Frazão ocupante de
cargo de Ministro de Primeira Classe,
da carreira de Diplomata do Quadro
de Pessoal, Parte Permanente, do Mi-
nistério das Relações Exteriores, para
exercer a função de Embaixador Ex-
traordinário e Plenipotenciário do
Brasil junto ao Governo da República
Oriental do Uruguai, nos termos dos
artigos 22 e 23 da Lei nº 3.917, de 14
de julho de 1961.

Os méritos do Senhor Sérgio Ar-
mando Frazão que me induziram a
escolhê-lo para o desempenho dessa
elevada função, constam da anexa in-
formação do Ministério das Relações
Exteriores.

Brasília, 10 de março de 1966. —
Humberto de Alencar Castello Branco.

CURRICULUM-VITAE

EMBAIXADOR SÉRGIO ARMANDO
FRAZÃO

O Embaixador Sérgio Armando
Frazão nasceu no Rio de Janeiro, em
26 de fevereiro de 1917.

É membro da Sociedade Brasileira
de Direito Internacional.

Ingressou na carreira diplomática,
por concurso, em maio de 1942, como
Consul de Terceira Classe. Promovido
a Segundo Secretário, por antiguidade,
em 1946; a Primeiro Secretário,
por merecimento, em 1952; recebeu o
título de Conselheiro em 1958; promo-
vido a Ministro de Segunda Classe,
por merecimento, em 1959; promovido

a Ministro de Primeira Classe, por
merecimento, em 1961.

Durante sua carreira, o Embaixador
Sérgio Armando Frazão exerceu as se-
guintes funções no exterior:

Vice-Consul no Consulado-Geral do
Brasil em Paris, de 1944 a 1946; Ter-
ceiro Secretário da Embaixada do
Brasil em Paris, em 1946; Segundo
Secretário da mesma Embaixada, de
1946 a 1948; Segundo Secretário da
Legação do Brasil em Viena, de 1948
a 1950; Primeiro Secretário da Missão
do Brasil junto às Nações Unidas, de
1953 a 1955; Primeiro Secretário da
Embaixada do Brasil em Santiago, de
1955 a 1957; Ministro Conselheiro da
Embaixada do Brasil em Lisboa, em
1959 a 1960; Ministro Conselheiro da
Embaixada do Brasil em Washington,
em 1960 e 1961.

Na Secretaria de Estado o Emba-
ixador Sérgio Armando Frazão exer-
ceu as seguintes funções e comissões:

Secretário da Comissão de Recepção
ao Senhor Enrique Peñaranda Castillo,
Presidente da Bolívia, em 1943; Au-
xiliar do Representante do Ministério
das Relações Exteriores junto ao Con-
selho Nacional de Imigração e Colo-
nização na elaboração do Texto Final
da Consolidação e reforma das Leis
de Imigração e Colonização, em 1943.
Designado para constituir a Comissão
de Consolidação das Instruções de
Serviço do Ministério das Relações
Exteriores, em 1944. Auxiliar do Chefe
do Departamento Econômico e Con-
sular, em 1951. Assistente do Professor
de Direito Internacional Público do
Curso de Preparação à Carreira de
Diplomata, do Instituto Rio Branco,
em 1951. Primeiro examinador da
banca de Direito Internacional Pú-
blico do Curso de Preparação à Car-
reira de Diplomata, do Instituto Rio
Branco, em 1951. Segundo Exama-
nador das bancas de Prática Diplomá-
tica, Prática Consular e Tratados e

Política Econômica do Brasil, em 1952. Substituto do Chefe da Divisão Comercial, do Departamento Econômico e Consular, em 1957. Examinador de Política Internacional nos exames finais do 2º ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio Branco, em 1957. Chefe do Serviço Econômico da Europa, Ásia, África e Oceânia, do Departamento Econômico e Consular do Ministério das Relações Exteriores, em 1958. Integrante do Grupo de Trabalho para Estudos Econômicos da Operação Pan-Americana, em 1958. Representante do Ministério das Relações Exteriores junto ao Instituto Brasileiro do Café, em 1958. Membro da Delegação do Brasil que negociou o Ajuste de Comércio e de Pagamentos Brasil-Japão, no Rio de Janeiro, em junho de 1958. Chefe da Divisão Comercial do Ministério das Relações Exteriores, em 1959.

Além dessas funções, o Embaixador Sérgio Armando Frazão exerceu, no Brasil, a Presidência do Instituto Brasileiro do Café, em 1961 e foi Assistente Especial do Presidente do Conselho de Ministros, em 1962.

No exterior, o Embaixador Sérgio Armando Frazão desempenhou ainda as seguintes comissões:

Secretário da Delegação do Brasil à Segunda Sessão da Comissão Preparatória da Conferência Internacional sobre Comércio e Emprego, em Genebra, em 1947. Assessor da Delegação Brasileira à Reunião da Comissão Especial de Estudos do Acordo Multilateral sobre aviação, em 1947. Conselheiro Técnico Governamental da Delegação do Brasil à 3ª Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, em 1950. Assessor da Missão Econômica e Comercial do Brasil à Europa, em 1952. Assessor da Delegação do Brasil à VIII Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, em 1953. Representante do Brasil na Comissão de Informação sobre Territórios Não-Autônomos, em 1954. Assessor do Brasil à IX Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em Nova York, em 1954. Observador do Brasil na XV Sessão do Conselho Econômico e Social da ONU. Representante substituto do Brasil na Comissão do Sudoeste Africano, da ONU, em 1954 e 1955. Representante do Brasil no V Comitê Plenário da CEPAL, em Santiago, em 1956. Delegado do Brasil no Primeiro período de Sessões da Comissão de Comércio da Comissão Econômica para a América Latina, das Nações Unidas, em Santiago em 1958. Conselheiro da Delegação do Brasil à Reunião de Ministros de Estado das Partes Contratantes do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), em Genebra, em 1957. Delegado Suplente da Delegação Brasileira à Junta Diretora Internacional do Café, em Washington, em 1959.

Delegado do Brasil no 1º Período de Sessões da Junta Diretora do Convênio Internacional do Café, em Washington, em 1960. Chefe da Delegação do Brasil no 5º Período de Sessões da Junta Diretora do Convênio Internacional do Café, em Washington, em 1960. Chefe da Delegação do Brasil à Conferência Internacional do Café, realizada em Nova York, em 1962. Chefe da Delegação do Brasil à I Reunião Preparatória da Conferência Internacional do Comércio e Desenvolvimento, em Nova York, 1963. Chefe da Delegação do Brasil à II Sessão do Comitê Preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, em Genebra, em 1963. Chefe da Delegação do Brasil à I Sessão do Conselho da Organização Internacional do Café, em Londres, em 1963. Embaixador do Brasil junto ao Governo da República

Arabe Unida, desde fevereiro de 1964. Observador do Brasil na Conferência dos Países Não-Alinhados, Cairo, 1964.

O Embaixador Sérgio Armando Frazão exerceu as seguintes Encargaturas de Negócios:

Encarregado de Negócios do Brasil em Varsóvia, em 1948. Encarregado de Negócios em Viena, em 1950. Encarregado de Negócios em Santiago, em 1956. Encarregado de Negócios em Lisboa, em 1960.

O Embaixador Sérgio Armando Frazão é casado com D. Alice de Faria Frazão, de nacionalidade brasileira.

Sua Excelência é indicado para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República Oriental do Uruguai.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em de de 1966. — Jorge A. de Seixas Corrêa, Chefe da Divisão do Pessoal.

A Comissão de Relações Exteriores.

MENSAGEM

Nº 10, de 1966

(Nº 57, DE 1966, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal:

De acordo com o preceito constitucional e nos termos dos artigos 22 e 23 da Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a designação que desejo fazer do Senhor Carlos Sylvestre de Ouro Preto, ocupante de cargo de Ministro de Primeira Classe, da carreira de Diplomata, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente, do Ministério das Relações Exteriores para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo de Portugal.

2. Os méritos do Senhor Carlos Sylvestre de Ouro Preto, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, em 10 de março de 1966. — Humberto de Alencar Castello Branco.

CURRICULUM VITAE

EMBAIXADOR CARLOS SYLVESTRE DE OURO PRETO

1. Nascido em Berlim, Alemanha, em 30 de dezembro de 1916, (brasileiro de acordo com o artigo 69 da Constituição de 1891). Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, em 1937. Diplomado pela Escola Superior de Guerra no Curso Superior de Guerra, em 1959.

2. Ingressou na carreira de Diplomata, por concurso, em 9 de dezembro de 1937, como Cônsul de Terceira Classe; promovido a Cônsul de Segunda Classe em 23 de dezembro de 1942; Cônsul de Primeira Classe, por merecimento, em 10 de dezembro de 1943; Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 9 de junho de 1954 e, finalmente, Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 24 de outubro de 1961.

3. No curso de sua carreira o Embaixador Ouro Preto exerceu as seguintes funções: Cônsul de Terceira Classe em Berlim e no Porto, Cônsul de Segunda Classe em Lisboa. Segundo Secretário em Havana e Primeiro Secretário na Delegação do Brasil junto à Organização das Nações Unidas. Conselheiro na Embaixada em Bogotá. Ministro Conselheiro em Bogotá e Viena. Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil

junto ao Governo da República Federal da Alemanha a partir de novembro de 1961.

4. Além dessas funções o Embaixador Carlos Sylvestre de Ouro Preto exerceu entre outras as seguintes missões e comissões: Secretário da Delegação do Brasil à VIII Conferência Internacional Americana, reunida em Lima, 25-12-1938. Encarregado do Consulado em Montreal, 21-7-1945 a 19-7-1946. Assessor da Delegação Brasileira à I Reunião Ordinária da Delegação Provisória Internacional da Aviação Civil, Montreal, maio de 1946. Responsável pelo expediente da Comissão de Organismos Internacionais, 16-6-1947. Secretário das Comissões na Conferência Interamericana para Manutenção da Paz e da Segurança no Continente, agosto de 1947. Chefe da Divisão do Material, em 16-6-1948. Auxiliar do Gabinete do Secretário-Geral, interino, em 14-2-1946. Assessor da Delegação do Brasil à Conferência Especial de Assistência Técnica das Nações Unidas, em junho de 1950. Assessor da Delegação do Brasil à V Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, em setembro de 1950. Encarregado de Negócios em Bogotá, de 16-10-1952 a 1º-1-1953; de 4-11-1953 a 11-12-1953; de 19-1-1954 a 12-2-1954; de 14-5-1954 a 12-4-1955; e de 8-2-1956 a 9-7-1956. Encarregado de Negócios em Viena, de 20-10-1956 a 17-1-1958 e de 12-7-1958 a 22-9-1958. Assistente do Comando da Escola Superior de Guerra, em 1958. Delegado do Brasil ao III Período de Sessões da Comissão Especial para Estudar a Formulação de Novas Medidas de Cooperação Econômica (Comitê dos 21) em Bogotá, em 5-9-1960. Chefe da Divisão Política em 6-1-1960. Designado para integrar a Comissão incumbida de elaborar as instruções para a Delegação do Brasil à Reunião da Comissão Especial do Conselho da Organização dos Estados Americanos. Encarregado de formular novas medidas de Cooperação Econômica (Comitê dos 21), Bogotá, setembro de 1960. Chefe do Departamento Político e Cultural da Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

5. Sua Excelência é indicado para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo de Portugal. Secretaria de Estado, em de de 1966. — Jorge A. de Seixas Corrêa, Chefe da Divisão do Pessoal.

A Comissão de Relações Exteriores.

MENSAGEM

Nº 11, de 1966

(Nº 58, DE 1966, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal:

De acordo com o preceito constitucional e nos termos dos artigos 22 e 23 da Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a designação que desejo fazer do Sr. Antônio Mendes Vianna, ocupante de cargo de Ministro de Primeira Classe, da carreira de Diplomata, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República do Chile.

2. Os méritos do Senhor Antônio Mendes Vianna, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 10 de março de 1966. — Humberto de Alencar Castello Branco.

CURRICULUM VITAE

EMBAIXADOR ANTÔNIO MENDES VIANNA

1. O Diplomata Antônio Mendes Vianna nasceu em São Luiz, Estado do Maranhão, em 24 de agosto de 1908.

2. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, em 1930. Membro Correspondente da Real Academia de Ciências Históricas e Belas Artes de Toledo, em 1946. Diplomado pelo Curso Superior de Guerra da Escola Superior de Guerra, em 1958.

3. Ingressou no Ministério das Relações Exteriores, como contratado, em 1º de março de 1928; nomeado Cônsul de Terceira Classe, em 30 de março de 1933; promovido a Cônsul de Segunda Classe, por merecimento, em 20 de junho de 1934; promovido a Primeiro Secretário, por merecimento, em 7 de dezembro de 1943; Conselheiro, em 7 de março de 1949; promovido a Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 28 de março de 1956; e promovido a Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 5 de maio de 1958.

4. Durante a sua carreira desempenhou as funções seguintes: Cônsul Adjunto do Brasil em Budapest de 16.5.35 a 19.11.36; Segundo Secretário da Embaixada do Brasil na Venezuela, de 18.12.36 a 26.12.37;

Encarregado de Negócios do Brasil na Venezuela, de 5.4.37 a 22.12.37; Segundo Secretário da Embaixada do Brasil na Argentina, de 14.2.38 a 2.11.40;

Segundo Secretário da Embaixada do Brasil no Chile, de 22.10.42 a ... 7.12.43;

Primeiro Secretário da Embaixada do Brasil no Chile, de 7.12.43 a ... 3-1.44;

Primeiro Secretário da Embaixada do Brasil na Espanha, de 4.3.44 a 2.3.49;

Encarregado de Negócios do Brasil na Espanha, de 23.2.46 a 8.4.46; de 25.9.47 a 16.10.47 e de 20.11.47 a ... 8.7.48;

Cônsul-Geral do Brasil em Antuérpia, de 11.4.51 a 1.4.54;

Ministro Plenipotenciário do Brasil na Espanha de 17.4.54 a 5.7.57; Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil na Grécia de 11 de novembro de 1959 até 1964.

Embaixador Extraordinário do Brasil junto ao Governo da República Francesa a partir de junho de 1964.

5. Além dessas funções exerceu o Diplomata Antônio Mendes Vianna as seguintes missões e comissões:

Auxiliar da organização do serviço geral de delimitação e caracterização das fronteiras do Brasil e de ligação das estradas de ferro nacionais com a Estrada de Ferro Pan-Americana, 1.6.28.

Secretário de Segunda Sub-Divisão da III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, realizada no Rio de Janeiro, 8.1.42. Assessor da Delegação Brasileira à reunião da Comissão Preparatória das Nações Unidas, Londres, novembro de 1945.

Assessor da Delegação do Brasil à Primeira Parte da Primeira Assembleia Geral da O.N.U., Londres, janeiro de 1946. Assessor da Delegação do Brasil à Comissão de Inquérito Balcânico da O.N.U., Grécia, janeiro de 1947.

Delegado Chefe do Brasil à Comissão de Inquérito Balcânico da O.N.U., Genebra, junho de 1947. Representante do Ministério das Relações Exteriores junto ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados, abril de 1949.

Chefe da Comissão de Organismos Internacionais, em abril de 1949. Delegado Suplente do Brasil na II Sessão do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas em Genebra, em ju-

Mo de 1950. Chefe, interino da Divisão Política em 8-9-1950, Delegação do Brasil a Comissão das Nações Unidas, para investigar condições para eleições livres na Alemanha, em fevereiro de 1952. Assistente do Comando da Escola Superior de Guerra, em 3.10.1957. Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, de 5 de julho de 1958 a 3 de agosto de 1959. Ministro de Estado, interino, em agosto e outubro de 1958. Presidente da Comissão para o estudo e planejamento do edifício do Ministério das Relações Exteriores em Brasília dezembro de 1954. Chefe da Missão Especial que negocia o resgate das obrigações em circulação, na França das Companhias E. P. São Paulo Rio Grande e Vitória Minas, em setembro de 1964.

6. O Embaixador Antônio Mendes Vianna é casado com a Senhora Carmen Serra Franco de Sá Mendes Vianna, de nacionalidade brasileira.

7. Sua Excelência é indicado para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República do Chile.

Secretaria de Estado, em ... de ... de 1966. — Jorge A. de Seixas Corrêa, Chefe da Divisão do Pessoal.

A Comissão de Relações Exteriores.

MENSAGEM

Nº 12, de 1966

(Nº 59, DE 1966, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal:

De acordo com o preceito constitucional, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a indicação que desejo fazer do Embaixador Antônio Francisco Azeredo da Silveira para exercer a função de Chefe da Delegação do Brasil em Genebra, nos termos dos artigos 22 e 23 da Lei nº 3.197, de 14 de julho de 1961.

Os méritos do Embaixador Antônio Francisco Azeredo da Silveira que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 10 de março de 1966. — Humberto de Alencar Castello Branco

CURRICULUM VITAE

EMBAIXADOR ANTÔNIO FRANCISCO AZEREDO DA SILVEIRA

Nascido no Rio de Janeiro, em 22 de setembro de 1917.

2. Membro da Sociedade Brasileira de Direito Internacional. Diplomado no curso de Prática Consular, em 1944. Aprovado no curso de Tratados e Política Econômica do Brasil em 1951.

3. O Embaixador Antônio Francisco Azeredo da Silveira ingressou no Ministério das Relações Exteriores como Auxiliar contratado no Consulado em São Francisco, em 1939. Em 1943 foi investido no cargo de Cônsul da Terceira Classe, por concurso. Foi promovido a Segundo Secretário, por merecimento, em 23 de abril de 1947. Promovido a Primeiro Secretário por merecimento, em 1953. Conselheiro em 1959. Promovido a Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 1959. Promovido a Ministro de Primeira Classe, em janeiro de 1964.

4. No curso de sua carreira o Embaixador Antônio Francisco Azeredo da Silveira exerceu as seguintes funções no exterior: Terceiro Secretário em Havana, de 1945 a 1947. Segundo Secretário em Buenos Aires, de 1949 a 1950. Primeiro Secretário em Madrid de 1954 a 1956. Cônsul em Florença, de 1956 a 1957. Cônsul em Roma, em 1957. Primeiro Secretário em

Roma de 1957 a 1958. Cônsul-Geral em Paris, de 1961 até 1963.

5. Além dessas funções o Embaixador Antônio Francisco Azeredo da Silveira exerceu entre outras as seguintes missões e comissões: Auxiliar do Chefe do Departamento de Administração de 1944 a 1945. Secretário da Delegação do Brasil em CICE, em Havana, em 21 de dezembro de 1947. Secretário da Missão Especial às solenidades de posse do Presidente da República de Cuba, em 1948. Secretário da Delegação do Brasil à Comissão Econômica para a América Latina, em Montevideu, em junho de 1950. Auxiliar do Chefe do Departamento de Administração, em 1951. Membro da Comissão encarregada de proceder ao estudo da organização, condições, normas e métodos de trabalho das unidades administrativas do Ministério das Relações Exteriores, em 1951. Designado para constituir a comissão encarregada de coordenar os preparativos da Conferência da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) em 1953, no Rio de Janeiro. Membro da Comissão incumbida do estudo e elaboração final do projeto de reforma dos serviços da Secretaria de Estado e dos quadros de pessoal do Ministério das Relações Exteriores, em agosto de 1952. Auxiliar no Setor do Temário da V Organização da CEPAL, no Rio de Janeiro, em 1953. Auxiliar de Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores em 1953. Membro da Comissão Assessora da Seção Técnico-Pedagógica do Instituto Rio Branco, em dezembro de 1953. Secretário-Geral da Reunião dos Chefes de Missão e Países Membros da Organização dos Estados Americanos, no Rio de Janeiro em 1954. Assessor da Delegação do Brasil na X Conferência Interamericana, realizada em Caracas, em março de 1954. Chefe, em caráter provisório da Comissão de Seleção de Imigrantes na Europa, em 1957. Designado por portaria do Presidente do I.N.I.C., de 24.9.1957. Chefe efetivo da Comissão de Seleção de Imigrantes na Europa. Chefe da Delegação do Brasil à Conferência sobre Cursos de Aperfeiçoamento Profissional para Imigrantes, convocada pelo CIME, em Genebra, em dezembro de 1957. Assessor da Delegação do Brasil às reuniões do Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias (CIME), em Genebra, em abril-maio de 1958. Chefe da Divisão do Pessoal do Departamento de Administração do M.R.E., de outubro de 1958 a setembro de 1959. Membro do Grupo de Trabalho incumbido da elaboração do anteprojeto da lei de reforma da organização e dos quadros de pessoal do M.R.E., em novembro de 1958. Membro da Comissão revisora da Tabela de Gratificações de Representação, em 9.12.1958 e em 1959. Chefe do Departamento de Administração, interino, como substituto, de abril de 1959 a outubro de 1959. Elemento de ligação com o Congresso Nacional para assuntos relacionados com o Projeto do Executivo nº 385-1959, em 4.8.1959. Chefe do Departamento de Administração, interino, de agosto de 1959 a dezembro de 1959. Representante do M.R.E., no Grupo de Trabalho para a Transferência dos Órgãos Federais para Brasília, em agosto de 1959. Chefe do Grupo de Trabalho de Transferência para Brasília, em setembro de 1959. Presidente da Comissão incumbida de proceder à revisão da Tabela prevista no art. 15, § 2º do D.L. nº 9.202, de 1946, para o ano de 1960 em 7.1.1959. Chefe do Departamento de Administração de 20.12.1959 a 3 de fevereiro de 1961. Membro do Grupo de Trabalho para o Estudo do Sistema de Formação do Diplomata (GEAD), em fevereiro de 1960. Chefe do Departamento de Administração do Ministé-

rio das Relações Exteriores, a partir de 24 de junho de 1963. Subchefe da Comissão Executiva para dirigir os trabalhos da I Reunião de Coordenação dos Serviços de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil no Continente, Americano, em dezembro de 1963. Designado para integrar a Comissão de Representação no Exterior em dezembro de 1964. Secretário-Geral da II Conferência Interamericana Extraordinária, no Rio de Janeiro em janeiro de 1965. Participante da Reunião de Chefes de Missão do Leste Europeu em junho de 1965. Chefe da Missão Brasileira de Coordenação de iniciativas e propostas para a II Conferência Interamericana Extraordinária do Rio de Janeiro, em outubro de 1965. Chefe da Delegação do Brasil à Reunião da Comissão Especial Encarregada de elaborar o anteprojeto de Reforma da Carta da OEA, a qual se realiza, atualmente, no Panamá.

6. O Embaixador Antônio Francisco Azeredo da Silveira é casado com a Senhora May Paranhos da Silveira.

7. Sua Excelência é indicado para exercer a função de Chefe da Delegação do Brasil em Genebra.

Secretaria de Estado em ... de ... de 1966. — Jorge A. de Seixas Corrêa, Chefe da Divisão do Pessoal.

A Comissão de Relações Exteriores.

Ofícios do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, de 9 do mês em curso, comunicando o pronunciamento daquela Casa sobre emendas do Senado:

Of. 250, com referência ao Projeto de Lei que altera dispositivos da Lei nº 4.284, de 20 de novembro de 1963;

Of. 251, com referência ao Projeto de Lei que isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento telefônico destinado à Telefônica de Piracicaba, Estado de São Paulo.

Ofícios, do Sr. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado, as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 16, de 1966

(Nº 3.383-B/65, NA ORIGEM)

Concede isenção de tributos para importação de bens de produção destinados ao reequipamento e modernização da indústria de veículos automotores e de autopeças.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e consumo, para a importação de equipamentos de produção, com os respectivos acessórios, ferramentas e instrumentos, destinados ao reequipamento e modernização da indústria de veículos automotores e de autopeças, cujos projetos tenham sido aprovados pelo Grupo Executivo das Indústrias Mecânicas (GEIMEC), da Comissão de Desenvolvimento Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio.

§ 1º A isenção de que trata o presente artigo não abrange a taxa de despacho aduaneiro, nem se aplica a material com similar nacional.

§ 2º A isenção prevista nesta Lei estende-se aos materiais destinados à execução de projetos aprovados pelo Grupo Executivo das Indústrias Mecânicas (GEIMEC) e que tenham sido desembarcados nas Alfândegas, mediante assinatura de termo de responsabilidade.

Art. 2º A presente Lei se aplica apenas às empresas com estabelecimentos fabris instalados até 31 de outubro de 1965 e às que resultarem da fusão ou reorganização dessas empresas, quando feitas para obter melhores índices de produtividade.

Parágrafo único. Os projetos de reequipamento ou modernização deverão proporcionar melhor aproveitamento da capacidade instalada na data a que se refere o presente artigo, ressalvada a substituição ou eliminação do equipamento obsoleto.

Art. 3º Esta Lei vigorará pelo prazo de 3 (três) anos, a contar de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

PROJETO

DE LEI DA CÂMARA

Nº 17, de 1966

(Nº 3.385-B/65, NA ORIGEM)

Altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam criados 4 (quatro) cargos de Taquígrafo-Revisor, símbolo PJ-2, bem como elevado de 2 (dois) para 8 (oito) e de 4 (quatro) para 8 (oito), respectivamente, o número de cargos das classes PJ-3 e PJ-4 da carreira de Taquígrafo, extintos os 4 (quatro) cargos dessa carreira no símbolo PJ-5.

Art. 2º Fica elevado de 13 (treze) para 15 (quinze) e de 18 (dezoito) para 20 (vinte) o número de cargos das classes PJ-3 e PJ-4, respectivamente, da carreira de Oficial Judiciário, mantidas inalteradas as 2 (duas) classes restantes a saber: 22 (vinte e dois) em PJ-5 e 30 (trinta) em PJ-6.

Art. 3º Fica elevado de 20 (vinte) para 24 (vinte e quatro) o número de cargos das classes PJ-7 e PJ-8 da carreira de Auxiliar Judiciário (Datilógrafo).

Art. 4º Fica elevado de 15 (quinze) para 18 (dezoito) e de 14 (quatorze) para 19 (dezenove) o número de ocupantes das classes PJ-8 e PJ-9 da carreira de Auxiliar de Portaria, sendo 4 (quatro) para exercer as funções de Motorista-Auxiliar e 4 (quatro) de Auxiliar de Plenário.

Art. 5º Ficam criados 4 (quatro) cargos na classe PJ-12 de Auxiliar de Conservação, passando ditas funções a constituir carreira, mantida inalterada a classe PJ-11 com 12 (doze) ocupantes.

Art. 6º O preenchimento das vagas nos símbolos finais e intermediários será feito por promoção, pelos critérios de antiguidade e merecimento, enquanto que o provimento das vagas, nas classes iniciais, será feito por concurso público.

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito especial de Cr\$ 390.560.436 (trezentos e noventa milhões, quinhentos e sessenta mil quatrocentos e trinta e seis cruzeiros), consoante a discriminação abaixo:

3.00.00	— Poder Judiciário.
3.02.00	— Tribunal Federal de Recursos.
3.0.0.0	— Despesas correntes.
3.1.0.0	— Despesas de custeio.
3.1.1.0	— Pessoal.
3.1.1.1	— Pessoal Civil — F — Cr\$ 289.741.980 — V — Cr\$ 10.478.456.
3.0.0.0	— Despesas correntes.
3.1.0.0	— Despesas de custeio.
3.1.2.0	— Material de consumo Cr\$ 5.500.000.
3.0.0.0	— Despesas correntes.
3.1.0.0	— Despesas de custeio.
3.1.3.0	— Serviços de terceiros Cr\$ 3.240.000.

4.0.0.0 — Despesas de capital.
4.1.0.0 — Investimentos.
4.1.3.0 — Equip. e instalações Cr\$ 81.600.000.

Total geral Cr\$ 390.566.436.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

PARECERES

Parecer nº 126, de 1966

Redação do vencido, para segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 10, de 1965.

Relator: Sr. Antônio Carlos

A Comissão apresenta a redação do vencido, para segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 10, de 1965, que permite inscrição em concurso de habilitação para matrícula nos cursos das faculdades de filosofia, ciências e letras a professor do ensino de grau médio registrado em órgão competente do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 9 de março de 1966. — Eurico Resende, Presidente — Antônio Carlos, Relator — Edmundo Levi.

ANEXO AO PARECER Nº 126, DE 1966

Redação do vencido, para segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 10, de 1965, que permite inscrição em concurso de habilitação para matrícula nos cursos das faculdades de filosofia, ciências e letras a professor do ensino de grau médio registrado em órgão competente do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É permitida, pelo prazo de 5 (cinco) anos a inscrição em concurso de habilitação para matrícula nos cursos das faculdades de filosofia, ciências e letras a professor do ensino de grau médio registrado em órgão competente do Ministério da Educação e Cultura.

Parágrafo único. O Ministério da Educação e Cultura estabelecerá as condições para a inscrição facultada neste artigo, tendo em vista a correlação entre as matérias constantes do registro do professor e o conteúdo curricular de cada curso das referidas faculdades.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parecer nº 127, de 1966

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 1965 (nº 2.019-B-64, na Casa de origem).

Relator: Sr. Antônio Carlos

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 1965 (nº 2.019-B-64, na Casa de origem), que revigora, por dois anos, o Decreto-lei nº 8.778, de 22 de janeiro de 1946, que regula os exames de habilitação para os Auxiliares de Enfermagem e Parteiros Práticos, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 8 de março de 1966. — Eurico Resende, Presidente — Antônio Carlos, Relator — Silvestre Péricles.

ANEXO AO PARECER Nº 127 DE 1966

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 1965 (nº 2.019-B-64, na Casa de origem), que revigora, por dois anos, o Decreto-lei nº 8.778, de 22 de janeiro de 1946, que regula os exames de habilitação para os Auxiliares de Enfermagem e Parteiros Práticos, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. É revigorado, por dois anos, o Decreto-lei nº 8.778, de 22 de janeiro de 1946, que regula os exames de habilitação para os Auxiliares de Enfermagem e Parteiros Práticos.

Parágrafo único. O Ministério da Saúde notificará as instituições hospitalares que se utilizam dos serviços de enfermeiras e parteiras práticas, religiosas ou leigas, para que estas, no prazo previsto neste artigo, se submetam aos exames de habilitação nos termos do citado Decreto-lei.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parecer nº 128, de 1966

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1966, (nº 3.373-B-65, na Casa de origem).

Relator: Sr. Bezerra Neto

A Comissão apresenta a redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1966 (nº 3.373-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a alienar, por intermédio do Serviço do Patrimônio da União, o imóvel situado na Rua Conselheiro Crispiniano, nº 378, em São Paulo.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1966. — Eurico Resende, Presidente — Bezerra Neto, Relator.

ANEXO AO PARECER Nº 128, DE 1966

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1966 (nº 3.373-B-65, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a alienar, por intermédio do Serviço do Patrimônio da União, o imóvel da rua Conselheiro Crispiniano, nº 378, em São Paulo.

EMENDA Nº 1

(corresponde à emenda nº 1 CPE.)

Ao art. 1º.

Suprimam-se as expressões: "... independentemente de concorrência pública, ...".

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Está finda a leitura do expediente. (Pausa)

Sobre a mesa, requerimento de informação que vai ser lido.

É lido o seguinte:

Requerimento nº 90, de 1966

Requeremos, nos termos regimentais, sejam prestadas pelo Conselho Nacional do Petróleo, através do Ministério das Minas e Energia, as informações que se seguem:

- 1) Qual a razão por que está sendo entregue a firmas estrangeiras a industrialização de subprodutos do petróleo pela PETROBRAS?
- 2) Quais esses contratos, seus montantes e condições e quais as firmas favorecidas?
- 3) Qual a razão da divergência de preços de importação do petróleo bruto destinado à PETROBRAS e às re-

finarias particulares? Estão estas últimas importando diretamente?

4) Está sendo entregue a firmas estrangeiras (ou nacionais) a refinação do xisto oleoso? Por que?

Justificação

Segundo noticiário divulgado pelo "U. S. World Report", de 10 de janeiro deste ano, página 83, estão sendo dadas concessões a três firmas: Union Carbide, Gulf Oil e Phillips Petroleum para industrialização de subprodutos de nossas refinarias de petróleo.

Ora, Senhor Presidente, se não fizemos concessões, se realizamos com nosso próprio esforço e em nosso próprio interesse a exploração do petróleo, o seu transporte e refinação, empreendimentos que, precisamente, exigiram maiores investimentos, como justificar-se as concessões que estariam sendo feitas em favor de organizações estrangeiras, que vão aplicar recursos muito menores e usufruir lucros incomparavelmente mais altos; que vão, seguramente, obter o retorno dos capitais que empregarem em prazo nunca superior a cinco (5) anos, enquanto o Brasil assumirá onus por tempo indefinido para remessa de lucros?

Dai a razão por que desejamos saber da procedência das informações citadas e quais os seus privilegiados beneficiários.

Por outro lado, enfeixando o Governo o monopólio da importação do petróleo, como se explica haja, como ocorreu no segundo semestre de 1955, divergência no preço do petróleo importado pela PETROBRAS (US\$2.03) e pelas refinarias particulares (US\$2.06)?

Finalmente, sendo o xisto oleoso reconhecidamente abrangido pela exploração monopolística da PETROBRAS, na forma da Lei nº 2.904, de 3 de outubro de 1953, como permitir a interferência nesse campo de atividade por parte de empresas nacionais ou estrangeiras?

Assim pensamos ter justificado plenamente o presente requerimento de informações.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1966. — José Ernirio de Moraes.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O requerimento lido não depende de aporamento nem deliberação do Plenário. Será publicado, e, em seguida, despachado pela Presidência. (Pausa)

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura de comunicação.

É lida a seguinte

COMUNICAÇÃO

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal.

Nos termos do Regimento Interno desta Casa, venho comunicar a Vossa Excelência que devei viajar para Montevideu no próximo dia 14, como Delegado do Grupo Brasileiro da A. I. D. T. à reunião da U.I.O.O.F., a se realizar naquela cidade.

Solicitando a Vossa Excelência as providências adequadas, apresento protestos do mais alto apreço.

Sala das Sessões, 10 de março de 1966. — Antonio Carlos.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Sobre a mesa ofício do Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

OFÍCIO

Senhor Presidente do Congresso Nacional,
Na Comissão Mista para estudo do Projeto de Lei nº 1, de 1963 (C.N.),

que "fixa normas de Direito Agrário, dispõe sobre o sistema de organização e funcionamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, e dá outras providências", o Sr. Deputado Lyrio Bertoli substituirá o Sr. Deputado Geraldo Freire, na representação da ARENA.

Brasília, em 10 de março de 1966. — Adauto Cardoso, Presidente da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A Presidência designa, de acordo com a indicação constante do ofício do Presidente da Câmara, o Sr. Deputado Lyrio Bertoli para substituir o Sr. Deputado Geraldo Freire na Comissão em apreço. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A Presidência detém, hoje, os seguintes requerimentos, apresentados em data de ontem:

I — do Sr. Senador Bezerra Neto:

1º — ao Ministro Extraordinário para os Assuntos do Gabinete Civil;

II — do Sr. Senador José Ernirio:

Nº 88, ao Prefeito do Distrito Federal;

Nº 89, ao Ministro da Fazenda. (Pausa).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Há oradores inscritos. Tem a palavra o nobre Senador Atilio Fontana.

O SR. ATILIO FONTANA:

(Sem revisão do crador) — Senhor Presidente, tratarei hoje de problema bastante sério para a vida econômica da Nação, qual seja, o do financiamento à produção.

O Banco Central da República do Brasil, ao adotar certas providências, lançou — poderíamos dizer — o pânico nas classes produtoras, nas empresas industriais e comerciais. Exatidão, anteriormente uma fórmula que permitia aos bancos particulares o financiamento aos agricultores, em substituição a depósitos no Banco Central. Através de dez por cento de depósito, os Bancos particulares podiam financiar ao agricultor. No entanto, de momento para outro, o Banco Central cancelou essa facilidade, exigindo que esses dez por cento sejam depositados no Banco do Brasil, à disposição do Banco Central. Quer isto dizer que os Bancos particulares viram-se forçados a suspender o financiamento ao pequeno produtor principalmente, o que vem desfalcar, lamentavelmente, os recursos dos agricultores e pecuaristas. Estes, obtendo financiamento a juros módicos, a juros relativamente baixos podiam desenvolver sua produção. Portanto, esta providência está repetitivamente negativamente nos meios de produtividade agro-pecuária. Muito embora o Congresso tenha votado projeto sancionado pelo Sr. Presidente da República, estabelecendo o limite de dois milhões de cruzados para o financiamento pelo Banco do Brasil ao pecuarista e agricultor, independentemente de qualquer garantia, a matéria não foi regulamentada tendo sido apenas, — segundo sabemos — enviada a regulamentação ao Sr. Presidente da República pelo Sr. Ministro da Fazenda sem que S. Exª a tenha assinado ainda.

Enquanto isto, o Banco do Brasil financia, apenas, Cr\$ 400.000 a quem é proprietário, e Cr\$ 200.000 a quem não o é.

Nestas condições, o que pode fazer o lavrador? Praticamente nada. Assim, é preciso que outra providência

ja tomada a fim de evitar o prejuízo da produção agropecuária.

O Sr. Domicio Gondin — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ATILIO FONTANA — Com muito prazer.

O Sr. Domicio Gondin — Queria estar um esclarecimento a V. Ex.^a em referência ao mínimo do financiamento, já está autorizado, pelos atos em algumas agências, especificamente a Agência de Brasília, o financiamento de cinquenta vezes o salário mínimo sem a exigência da multa nem documentação. Não sei, em Santa Catarina, as instruções já estão vigorando. Em Brasília e em alguns Estados do Norte as instruções já estão vigorando, com anção de qualquer certidão de imposto ou obrigações para o financiamento. De modo que esse limite fica evitado, se considerarmos o salário mínimo de 66 mil cruzeiros, para 3 milhões e 300. Tendo aumentado o salário mínimo, com toda a certeza assará o cálculo a ser feito de acordo com o novo mínimo, ou seja cinquenta vezes o novo mínimo do salário. Está em vigor e, aqui, em Brasília, o Banco do Brasil já financiando nesta maneira.

O SR. ATILIO FONTANA — Muito grato ao nobre Senador Domicio Gondin pelo esclarecimento a respeito. Infelizmente, porém, tenho aqui uma anotação fornecida por elementos ligados ao próprio Banco do Brasil, de que o financiamento que a referida agência vinha fazendo era de até 1 milhão de cruzeiros, aos proprietários.

O Sr. Domicio Gondin — Exatamente. Era de 1 milhão de cruzeiros, pela regulamentação da Lei antiga; a nova — como pode ser verificada na agência do Banco do Brasil, em Brasília — o limite já está em 3 milhões e 300 mil.

O Sr. Atílio Fontana — O fato é que, pelo menos no meu Estado, não está em vigor. E a informação que aqui tenho, de uma agência do Banco do Brasil, que estava financiando os lavradores, até 1 milhão de cruzeiros, é a de que, ao receberem a visita de um inspetor, lhes foi exigida a observância de uma circular que permitia o financiamento de apenas 400 mil cruzeiros aos proprietários de terra, e de 260 mil cruzeiros aos não proprietários.

A esse respeito, tive oportunidade de falar com o Sr. Ministro da Fazenda. Mas, até esta data, não obtive informação de que providências tenham sido tomadas. Se essas medidas entraram em vigor nos últimos oito dias.

O Sr. Domicio Gondin — Exatamente. Foi nos últimos oito dias que os Bancos receberam instruções.

O SR. ATILIO FONTANA — Muito grato pela notícia valiosa e auspiciosa ao mesmo tempo, pois do contrário, estaria prejudicada a produção agropecuária principalmente dos Estados sulinos, onde predomina a propriedade familiar.

Isso posto, Sr. Presidente, passo a abordar outro assunto.

O Banco Central acaba de mixer instruções proibindo aos Bancos particulares pagar juros por depósitos populares. Sabem V. Ex.^{as} Excelências o que está acontecendo?

Ao invés de ser depositado esse dinheiro nos Bancos, como tradicionalmente vinha sendo feito, ele deve estar sendo aplicado de outra maneira talvez mesmo no mercado paralelo.

Em consequência, os Bancos estão com suas Carteiras de Financiamentos praticamente paralisadas, o que, inevitavelmente, repercute de maneira desfavorável sobre a produção e, em consequência, no comércio, esboçan-

do-se, dessa maneira, uma crise que poderá retratar situação idêntica à por nós enfrentada, há pouco mais de um ano.

A fim de ser contornada tal perspectiva, sombrio por sinal, urge que o Banco Central da República reexamine a questão do financiamento à produção nacional, permitindo que os Bancos particulares e oficiais deem maior contribuição para o financiamento à produção a fim de conseguirmos um desenvolvimento compatível com as necessidades do País.

Se não forem adotadas providências normalizadoras da atual conjuntura, teremos um agravamento da situação geral do País, repercutindo, infelizmente, no panorama político nacional, perturbando, assim, o desenvolvimento e a paz da Nação.

Esperamos que estas nossas breves palavras cheguem ao conhecimento do Sr. Presidente do Banco Central da República do Brasil.

O Sr. Lopes da Costa — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ATILIO FONTANA — Com todo o prazer.

O Sr. Lopes da Costa — O nobre colega focaliza, realmente, assunto interessante. Desejo, nesta oportunidade, acrescentar ao discurso de Vossa Excelência que o Banco Central da República do Brasil, de acordo com a Resolução nº 15, agravou a situação, muito embora seja louvável a iniciativa. A baixa dos juros naturalmente haveria de beneficiar a produção. No momento, é inoportuno a providência de baixar os juros de 3%, cobrados pelos bancos, para 2%, no segundo trimestre, até atingir 18% ao ano, no último trimestre do corrente ano. V. Ex.^a sabe, grande industrial e homem de negócios que é, que o custo operacional dos bancos vai além de 1,8%, e, em alguns, a 1,8%, acrescido da majoração do salário mínimo, uma vez que é grande a percentagem de funcionários bancários que o percebem além do valor dos aluguéis dos prédios, pagos com a correção monetária. Tudo isso vai acrescer o custo operacional dos bancos, que não poderão sobreviver ante providência tão violenta. Ela poderia vir gradativamente. Este ano, tirariam 0,5% e, de acordo com o programa de estabilização da moeda, no próximo ano de 1967 poderíamos caminhar para quase 2%, ou seja, 24% ao ano. Mas, no momento, quando o governo quer combater a inflação, baixando-a para 4% ao mês, e não consegue, não pode, também, tomar essa providência que vem redundar em prejuízo da própria produção.

O SR. ATILIO FONTANA — Agradeço a V. Ex.^a a colaboração valiosa que dá às minhas despretenciosas palavras.

O Sr. Domicio Gondin — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ATILIO FONTANA — Com muito prazer.

O Sr. Domicio Gondin — A questão dos juros, que o nobre Senador Lopes da Costa focalizou, evidentemente, em parte, merece reparos. Sua Excelência tem razão. Mas permito-me discordar com todo respeito e simpatia, porque a questão do custo do dinheiro não é somente o problema dos juros, porém, a expansão enorme de agências bancárias. E estamos vendo o Governo tomar providências seríssimas. Se o custo operacional do dinheiro é caro, não é devido somente ao custo dos juros, mas ao custo operacional em si. Vemos que os bancos se estão expandindo em número de agências. O Rio de Janeiro tem mais de 700 agências bancárias, número superior a Nova Iorque, que não possui um terço se-

quer. Isso equivale à existência de bancos do mesmo grupo fazendo concorrência entre si, uns até com custos altíssimos, instalações luxuosíssimas, que não se vêem em nenhuma parte do mundo. Não se pode também combater a inflação senão a dinheiro barato. Dinheiro barato para se produzir mais. Como fazer diferente se não tomando medidas às vezes um pouco enérgicas?

O Sr. Lopes da Costa — Não estou contra essa iniciativa do Governo. O momento é que me parece inoportuno para essas providências.

O Sr. Domicio Gondin — A doença está aí: é a questão da oportunidade.

O Sr. Lopes da Costa — Com uma correção monetária de 2% como desejar que um banco particular empreste a 2%?

O Sr. Domicio Gondin — Mas o banco particular só está emprestando o que foi depositado.

O Sr. Lopes da Costa — O nobre orador queria desculpar nosso debate, justamente numa sexta-feira, último dia da semana.

O Sr. Domicio Gondin — Sexta-feira é dia importantíssimo, de pagamento em quase todas as indústrias do Brasil. Nas sextas-feiras todo mundo tem que pensar.

O Sr. Lopes da Costa — Quero complementar dizendo que o Banco Central estipulou a criação no máximo de duas agências por ano para cada banco. Não foi democrático e bastante liberal, porque tanto o grande banco como banco pequeno, só tem permissão para abrir duas agências por ano.

O SR. ATILIO FONTANA — Pelos apêndices oferecidos pude verificar que o problema do financiamento em nosso País continua até se agravando. Não vamos analisar se os Bancos têm tido maior ou menor resultado. Verifica-se, realmente, que houve um grande progresso e um grande número de agências bancárias foram abertas nos últimos anos. Não vamos analisar isso.

O que desejamos é que as providências governamentais sejam de forma a não asfixiar a iniciativa privada que precisa de financiamento, pois, com os anos que atravessamos, de uma inflação galopante, o capital de giro das empresas foi reduzido, em grande parte, e elas dependem, hoje, de financiamento. E as providências que o Governo está tomando não são de forma a estimular a expansão da atividade e da produção. Ele está agora, com as últimas providências, asfixiando essa iniciativa privada.

O Sr. Domicio Gondin — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ATILIO FONTANA — Com todo prazer.

O Sr. Domicio Gondin — Discordo disto, está, exatamente, procurando baixar os juros não está procurando asfixiar. Os juros bancários não baixaram de acordo com a diminuição do ritmo inflacionário. Estavam no mesmo nível dos anos anteriores. Temos que admitir que a inflação não foi totalmente controlada, mas é verdade que diminuiu de ritmo. Pelo menos proporcionalmente, o ritmo de diminuição deveria baixar os juros, o que obrigou o Banco Central a baixar a Instrução nº 13.

O SR. ATILIO FONTANA — Muito grato a V. Ex.^a pelo esclarecimento. Estamos, em parte, de acordo com os argumentos de V. Ex.^a Apenas constatamos que as medidas que o Governo toma, através do Banco Central, não são de forma a encorajar a iniciativa privada ou mes-

mo de poder mantê-la. A falta de financiamento vem criando muitos problemas. Enfrentamos novamente, no momento, uma repetição, segundo me foi dito hoje, do que se constatou no começo de 1955. Portanto, é preciso que se tome cuidado, porque, do contrário, a economia nacional sofrerá as consequências, principalmente a classe trabalhadora, para quem devemos ter sempre em mente a necessidade de oferecer melhor e maior mercado de trabalho.

Assim sendo, Sr. Presidente, vou concluir minhas breves palavras, observando que o Sr. Presidente do Banco Central, e os Srs. Ministros da Fazenda e do Planejamento reexaminem a questão de financiamento às empresas privadas, para que possamos entrar em fase de maior desenvolvimento, de maior produção e, consequentemente, de maior amparo à classe trabalhadora. Era o que desejava dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Bezerra Neto.

O SR. BEZERRA NETO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, na sessão de 4 do corrente ofereci a consideração da Casa o Projeto de Lei, que recebeu o número 3, e cuja ementa anuncia: "Confere atribuições exclusivas ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária para venda de imóveis rurais da União, desde que destinados a atividades agropecuárias e dá outras providências".

O que justificou este projeto foi fundamentalmente o descaso do Serviço de Patrimônio da União, ao qual incumbiu, a partir de 1939, a concessão de terras públicas que eram de propriedade dos Estados e que, por se acharem na faixa de cento e cinquenta quilômetros ao longo da fronteira, passaram a domínio do Governo Federal.

Ocorre que esta mudança de legislação sobre terras públicas criou um verdadeiro impasse em Estados como Mato Grosso, Paraná, Amazonas e Pará. Coincidiu esta mudança de domínio das terras públicas, transferidas de um Estado para a União, com o surto de valorização das glebas. Processou-se, a seguir, um número muito maior de ocupações dessas terras. E os interessados, que não mais podiam dirigir-se ao Estado, firmaram seus requerimentos de aforamento e de legalização das glebas perante o Serviço do Patrimônio da União. São alguns, dezenas ou centenas de pessoas, e nenhum desses processos, até agora, decorridos mais de 20 anos de atribuição do Serviço de Patrimônio da União, conseguiram ter andamento.

O Projeto de minha autoria procurou resolver de vez a matéria, tendo em vista que o Estatuto da Terra dá poderes ao IBRA para alienar as terras da União, não mais pelo sistema de aforamento, mas pelo sistema de venda, desde que os interessados se comprometam a aplicar sua finalidade agropecuária nas mesmas terras.

Após esse projeto, Sr. Presidente, veio a mensagem do Executivo, nº 1, de 1966, que trata da matéria.

Não abrange todos os casos, porque a proposição de minha autoria determina, por exemplo, que dentro de 90 dias o Serviço do Patrimônio da União transfira, remeta para o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária todos os processos pendentes de aforamento de terras. Mas, na Mensagem do Governo há dispositivos mais ou menos semelhantes quando confere ao IBRA poderes para alienar as terras públicas da União. Quer dizer, cessam as atribuições, nestas alienações, do Serviço de Pa-

trímônio da União. Entretanto, há uma inovação importantíssima constante da Mensagem do Governo, uma velha aspiração dos Estados atingidos por aquela mudança de legislação, que é a constante do § 2º, do art. 6º da Mensagem, para a qual chamam a atenção dos representantes da mesma Comissão e dos Estados interessados no problema.

Diz o § 2º:

"Poderá ser delegada aos Estados, mediante convênio com o IBRA, competência para reconhecer posse legítima e expedir por igual título de domínio, de que que respeitados para isso os critérios estabelecidos no Estatuto da Terra".

O Governo Federal reconhece, aqui, uma realidade da qual não poderia mais continuar afastados os Estados, as autoridades estaduais que tem contacto direto com essas glebas, que conhecem os problemas dos ocupantes que dependem, para seu progresso, para seu desenvolvimento, da legalização dessas posses. Há muito que pleiteavam essa delegação de poderes. Assim, a Mensagem nº 1 é de profundo interesse nacional e terá a mais benéfica repercussão em Estados como Mato Grosso, Paraná, Amazonas e Pará. No caso especial de Mato Grosso, o dispositivo visa atender a mais de um milhão de ocupantes de terra que, há mais de vinte anos, lutam pela legalização dessas posses pelo Serviço do Patrimônio da União e que até agora, nem mesmo conseguem a publicação do edital chamando a atenção dos interessados e vizinhos dos demais pretendentes.

Concede com essa velha aspiração o dispositivo de meu projeto de 4 do corrente, projeto que vou converter em Emenda, a Mensagem número 1, porque a Proposição não trata apenas da exclusividade dada ao IBRA nas alienações das terras da União e da delegação conferida aos Estados; determina que, em noventa dias, os milhares de processos suspensos no descaço do Serviço do Patrimônio da União, sejam remetidos ao IBRA — Instituto Brasileiro de Reforma Agrária — para não mais despachar como promessa mas despachá-lo como definitivo, porquanto os artigos 2º e 10º do Estatuto da Terra diz que a União, através do IBRA, dará preferência ao sistema de venda e não a qualquer outro sistema de alienação de terras.

De modo que, Sr. Presidente, a Mensagem nº 1, que trata de outros dispositivos e da regulamentação da reforma agrária, na parte de delegação de poderes aos Estados para resolver sobre suas terras públicas, nas faixas de fronteira, em processos pendentes do Serviço do Patrimônio da União há mais de vinte anos, terá significação muito profunda e uma repercussão direta e imediata para os interesses e desenvolvimento dessa região do nosso país. (Muito bem. Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Cattete Pinheiro.

O SR. CATTETE PINHEIRO:

Sr. Presidente, Srs. Senadores: O contrabando de minérios vem sendo o assunto de destaque da imprensa brasileira nas últimas semanas. E, como sempre, procura-se frisar ser na Amazônia que o contrabando vem predominando desde muitos anos, muito embora saibamos que o contrabando é um problema nacional.

No O "Estado de São Paulo" de ontem há várias notícias relaciona-

das ao assunto. Dentre elas, eu me permitirei comentar duas neste momento: uma, à aquela em que "O Estado de São Paulo" afirma que o seu enviado especial no Rio de Janeiro, José Stachini, obteve "declarações de elementos conhecedores do mercado de minérios e obviamente sabedores da ação dos contrabandistas nesse setor da economia local" (logo, está aí a indicação para uma nova lista de testemunhas que, naturalmente, o Departamento Federal de Segurança Pública poderia revocar).

"afirmaram, ontem, no Rio, a nosso enviado especial José Stachini, que a carta escrita por Ralph Emerson Dial e apreendida pelo D.F.S.P., apresenta para as autoridades brasileiras excelente perspectivas para focalizar o problema da exploração de minérios no País.

Esse problema — afirmam — deve ser encarado como um poucos minerais empregados para fins muito especializados, como a cassiterita, a columbita, a tantalita e a samarsquita".

Diz, ainda, o "O Estado de São Paulo", que um relatório apresentado às autoridades da República, em 1964, pedia providências quanto à exploração mineral no País, tais como:

"1 — o estabelecimento de valor real para o diamante, cotado oficialmente a Cr\$ 6.600 o quilate, quando na mesma época os "cuidados e sortidos" eram vendidos, nos garimpos, a Cr\$ 35.000 o quilate na primeira categoria; na segunda a Cr\$ 60.000; e na terceira, até 2 quilates, a Cr\$ 350.000 o quilate; de 3 quilates para cima a Cr\$ 600.000 o quilate; de 5 quilates para cima, a Cr\$ 1.000.000 o quilate, e de 10 quilates em diante a Cr\$ 1.200.000 o quilate".

No ano passado, tivemos oportunidade de abordar justamente este assunto em um discurso que aqui pronunciamos, pedindo a atenção do Governo para esse problema, notadamente no que dizia respeito ao Vale do Tocantins, no Pará.

Vem ainda "O Estado de São Paulo", com base, no que diz em declarações de autoridades da Aeronáutica, afirmando que:

"O contrabando no Brasil, principalmente na região amazônica, é bastante velho, conforme testemunham as autoridades da Aeronáutica. Há mais de 20 anos, os pilotos do Correio Aéreo Nacional, em suas viagens pioneiras pelas selvas, vêm informando as altas autoridades responsáveis pela Segurança Nacional sobre as atividades de estrangeiros nos setores de minérios, madeira e peles, sobretudo de jacarés e lontras.

Segundo verificou a FAB, essas facilidades se devem ao Convênio Internacional de Livre Navegação no Rio Amazonas, que, na prática, favorece o contrabando em larga escala, às margens dos outros rios, seu afluentes. O contrabando fluvial é todo canalizado para Manaus e Santarém, onde os minérios são vendidos a preços vis, ou simplesmente trocados por latas de alimentos".

O contrabando em mais larga escala, porém, processa-se por via aérea, devido às dificuldades das selvas amazônicas, sendo empregados os mais diferentes tipos de aviões, sobretudo anfíbios.

O relato de um frade, que vive em Labrea, no Rio Purus, feito

às autoridades da Aeronáutica, mostra a extensão do contrabando, sobretudo de minérios, nas selvas amazônicas.

O missionário, cujo nome é conservado em sigilo, conta as atividades do Instituto Linguístico Internacional, cujo chefe é o Sr. Gilberto Piquering. A entidade usa dois hidro-aviões, de 650 HP, monomotores, e todos os seus passageiros e tripulantes são norte-americanos, que dizem pesquisar a língua dos indígenas".

Estou lendo esses comentários de "O Estado de São Paulo" somente para lembrar que, no ano passado, solicitava eu providências às autoridades do Ministério da Aeronáutica quanto ao controle de um sem número de campos de pouso distribuídos em toda a área do Estado do Pará e, ao que vemos, na área amazônica, propiciando o contrabando de toda natureza, inclusive dos produtos da indústria extrativa, como a balsa, na região do Baixo Amazonas — no Estado do Pará, e de ouro de Tapajós, que é contrabandeado por avião, principalmente para as Guianas, onde existe um grande mercado que é procurado pelos garimpeiros que vêm daquelas regiões e pelos que se dedicam ao contrabando do ouro extraído do Vale do Rio Tapajós.

Verificamos, portanto, que não tem sido, absolutamente, pela ausência de vozes que se levantassem, clamando por providências do Governo da República, que essas contravenções continuem a ser praticadas em toda a Nação e, principalmente, na Amazônia.

Não sabemos, até o momento, na realidade, qual tenha sido a atitude das autoridades do Ministério da Fazenda, por menor que fosse, no sentido de procurar, pelo menos, controlar o contrabando que é feito dentro das próprias sedes, em alguns municípios.

No final do ano passado o Brigadeiro Comandante da Primeira Zona Aérea determinou que soldados sediados no campo de pouso de Santarém exercessem o controle, dentro das suas possibilidades, das mercadorias embarcadas e desembarcadas ali. E o que se verificou foi que na conferência da carga, ou melhor, dos despachos feitos naquele aeroporto, sempre se encontrava ouro, a ponto da Coletoria Federal de Santarém, que arrecadava a média de ... Cr\$ 5.000.000 (cinco milhões de cruzeiros) de imposto sobre o ouro despachado na sua jurisdição, até o início daquela operação pela Aeronáutica, no mês de novembro atingiu Cr\$ 27.000.000 (vinte e sete milhões de cruzeiros) sobre 153 quilos de ouro, e, em dezembro, aumentou para 235 quilos com a arrecadação de Cr\$ 40.000.000 (quarenta milhões de cruzeiros).

Vemos, portanto, como os fatos comentados estão se desenvolvendo naquela região. O patriotismo do Brigadeiro Comandante da Primeira Zona Aérea fez com que ele determinasse o controle da carga despachada no Aeroporto de Santarém tendo comprovado que entre a mesma se encontrava ouro. E obrigou a que esse ouro fosse despachado.

A ação da Aeronáutica, portanto, foi de colaboração com o Ministério da Fazenda, no sentido de que os transportadores pagassem o imposto devido à Nação. Entretanto as autoridades do Ministério da Fazenda permanecem de certa forma indiferentes ao problema. Enquanto isso a Amazônia continua sendo sacrificada nos orçamentos da União pelos planos de economia: a Amazônia continua sem receber as dotações que são especificadas no Orçamento da República para a manutenção

de organismos fundamentais, como agora mesmo está sendo notificado pelo "O Globo", do Rio de Janeiro, com relação ao fechamento da Universidade do Amazonas. Diz "O Globo" em seu editorial:

"Estamos mergulhando numa atmosfera de negativismo, implantada na direção de dois pontos: as notícias artificialmente sensacionalistas e as que, não sendo sensacionalistas, se confirmadas, representam um retrocesso e evolução social do povo brasileiro. Ambas têm de comum o propósito de levar a desesperança ao espírito dos brasileiros, contaminando de desencanto e veneno a vida com o travo da frustração. Consciente ou inconscientemente repetimos intencionalmente os adverbios de nosso editorial de ontem — patricios menos sensíveis ao caráter de transição do nosso tempo empenham-se em, por um processo ou outro, desajudar a plena consumação dos ideais mais caros à nossa gente, ora forçando a inquietação, ora semeando o desânimo. De qualquer forma, trabalhando para a manutenção de uma atmosfera negativista, em que ninguém possa respirar e viver.

Chega-nos, agora, por exemplo, a notícia do fechamento, por falta de verbas, da Universidade do Amazonas, na qual estudam mais de mil alunos. Confirmada, teremos que mais de um milhão de jovens de uma das regiões mais ricas, mas também mais desamparadas do Brasil, perderá a oportunidade de preparar-se para as tarefas de integração da grande área na vida econômica e social do Brasil".

Depois retoma "O Globo" a afirmativa de fatos por demais repetidos na imprensa, no rádio, na televisão, nas tribunas das Casas Legislativas do País, com relação à amplitude territorial da Amazônia, por exemplo. Repete "O Globo" a afirmativa de que a Amazônia representa mais da metade do território nacional e depois diz que, "ocupando com seus 5.057.490 km², 59,8% da área total do Brasil, retém somente 7% da nossa população. Para cada quilômetro quadrado há apenas 0,7 de habitantes. A economia é a da fase das tribos selvagens: o extrativismo".

Acontece que o extrativismo hoje não está sendo aproveitado pelos nacionais, mas, principalmente, pelos estrangeiros, pelos que estão invadindo a Amazônia por todos os lados.

O Sr. José Ermirio — Certo!

O SR. CATTETE PINHEIRO — ... com a indiferença do poder central, e procurando exaurir as riquezas de nossas regiões, sem que lá fiquem marcadas ações mais ou menos sensíveis em favor de uma população que, como disse, continua abandonada.

O Sr. José Ermirio — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. CATTETE PINHEIRO — Com muito prazer.

O Sr. José Ermirio — V. Exa. está trazendo ao Plenário do Senado informações magníficas, sérias e que precisam ser controladas definitivamente. Sabemos que a região do Tocantins, do Xingu e do Tapajós é considerada a mais rica do mundo em ouro e a esta altura, com esses mapas aerofotogramétricos, com esses missionários ou outros tipos de homens que estão percorrendo o Amazônia, já a conhecem muito melhor do que nós. E por isso que o Governo precisa criar — por intermédio

do Ministério das Minas e Energia e não pelo Ministério da Fazenda — medidas para repelir essa atuação e ajudar a desenvolver, por brasileiros, regiões tão ricas como essa.

O SR. CATTETE PINHEIRO — Grato pelo aparte de V. Exa.

Diz "O Globo" ainda:

"A renda regional é, em consequência, das mais baixas. No entanto, pela sua potencialidade, a região oferece todas as condições para transformar-se numa das áreas, econômica e socialmente, mais poderosas do País, servindo ao Brasil e servindo à humanidade.

Mas nada disso será possível sem educação, sem a mobilização do homem socialmente valorizado pelo saber, pelo conhecimento, pela técnica. E' esta uma verdade de lã-caprina, mas que precisa ser gritada com todas as forças".

E o que estou procurando fazer neste momento, desta tribuna, Senhor Presidente. Gritar com todas as forças, como devemos continuar a gritar todos nós que representamos a pobre região Amazônica e sua pobre gente, para que um dia, realmente, os problemas da região, os problemas do seu povo sejam lembrados, sejam comentados, sejam falados não somente como negação mas como uma afirmação que esperamos poder ver em breve.

O Sr. José Ermírio — Nosso lema devia ser "Educação para desenvolvimento". Entretanto, o Ministério da Educação não tem 10% do Orçamento da Nação.

O SR. CATTETE PINHEIRO — (Lendo)

"Para cada grupo de mil habitantes adultos, os Estados Unidos mantêm em escolas superiores quase o dobro de jovens — 1.773. O Japão, 960, e, aqui na América Latina, o Chile, 237. Mas no Brasil, ou nós afastamos os jovens das escolas superiores — caso dos excedentes — ou simplesmente trancamos universidades, nas regiões que delas mais carecem. E' para desalentar.

A consciência que o Brasil tem hoje de seus problemas fundamentais e o seu insofismável anseio de progresso, perceptíveis em todas as camadas sociais, aliada à capacidade de seu povo de se sacrificar em nome da grandeza de sua terra, não se compatibiliza com a ocorrência de fatos que são a antiesperança. Por isto, confiamos em que a mocidade da Amazônia não verá cerrada a sua Universidade. As verbas cortadas na gestão anterior à do Ministro Pedro Aleixo têm de ser restabelecidas. A formação regional de técnicos é uma das condições da integração da gigantesca área no dinamismo criador da economia brasileira. Restitua-se, pois, a Universidade do Amazonas à mocidade do Extremo-Norte. Este gesto é também uma forma de mantermos a nossa unidade nacional".

O Sr. Lopes da Costa — Nobre Senador, dá-me licença para um aparte?

O SR. CATTETE PINHEIRO — Com muito prazer.

O Sr. Lopes da Costa — Como representante de Mato Grosso, Estado que tem sua parcela também integrada na Amazônia legal, desejo, nesta oportunidade, solidarizar-me com o discurso de V. Exa., lamentando profundamente que, no momento

em que nosso País precisa realmente de aumentar o número de técnicos, para levar o progresso às longínquas regiões, precisamente neste momento é que se pensa em fechar uma Universidade.

O SR. CATTETE PINHEIRO — Muito grato ao aparte e à colaboração de V. Exa.

Pelos motivos que acabo de expor, Sr. Presidente, e no intuito de ao menos conseguir que este assunto seja examinado pelo Ministério de Coordenação e Planejamento é que faço encaminhar à Mesa o seguinte requerimento àquele Ministério:

Requeiro à Mesa, nos termos regimentais, seja o Sr. Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica solicitado a prestar as seguintes informações:

1 — Quais as medidas planejadas para proteção das riquezas minerais que estão sendo conhecidas e contrabandeadas de diversas regiões do País?

2 — Quais as medidas tomadas para controlar a exportação e impedir o contrabando de cristal de rocha e diamante da região do Tocantins e do ouro aluvionar da região do Tapajós, no Estado do Pará?

3 — Quais os estudos que estão sendo procedidos e qual o planejamento para encarar os problemas decorrentes do contrabando de minérios da Amazônia e do consequente e progressivo exaurir daquelas riquezas?

4 — O que impede a compra, pelo Banco do Brasil, do ouro extraído no Vale do Tapajós e o estabelecimento de um plano de proteção ao garimpeiro nacional, que vive uma vida sub-humana nas regiões referidas?

Há um último item, Sr. Presidente, que poderá parecer à tecnocracia até gracioso, mas que fiz questão de incluir neste requerimento repetindo o que disse "O Globo", em seu editorial "como um grito a mais", sintetizado no seguinte:

5 — Seria possível o estudo pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, da viabilidade de um projeto pelo qual, o ouro adquirido pelo Banco do Brasil na região amazônica viesse a constituir o lastro necessário que assegurasse a aplicação do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, criado pela Constituição Federal, e que não tem sido devidamente empregado, em decorrência da incapacidade da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia de criar as condições indispensáveis aos investimentos projetados e, ao mesmo tempo, em virtude dos cortes anualmente feitos na verba constitucional, ilegalidade lamentável, sob a alegação dos planos de economia do governo da União?

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Muito bem!)

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Vivaldo Lima
Lobão da Silveira
Sebastião Archer
Joaquim Parente
Dinarte Mariz
Ruy Carneiro
Milton Campos
Filinto Müller. — (8)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Sobre a mesa, requerimento de informação que vai ser lida

E' lido o seguinte:

Requerimento nº 91, de 1966

Requeiro à Mesa, nos termos regimentais, seja o Sr. Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica solicitado a prestar as seguintes informações:

1 — Quais as medidas planejadas para proteção das riquezas minerais que estão sendo conhecidas e contrabandeadas de diversas regiões do País?

2 — Quais as medidas tomadas para controlar a exportação e impedir o contrabando de cristal de rocha e diamante da região do Tocantins e do ouro aluvionar da região do Tapajós, no Estado do Pará?

3 — Quais os estudos que estão sendo procedidos e qual o planejamento para encarar os problemas decorrentes do contrabando de minérios da Amazônia e do consequente e progressivo exaurir daquelas riquezas?

4 — O que impede a compra, pelo Banco do Brasil, do ouro extraído do Vale do Tapajós e o estabelecimento de um plano de proteção ao garimpeiro nacional, que vive uma vida sub-humana nas regiões referidas?

5 — Seria possível o estudo pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, da viabilidade de um projeto pelo qual, o ouro adquirido pelo Banco do Brasil na região amazônica viesse a constituir o lastro necessário que assegurasse a aplicação do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, criado pela Constituição Federal, e que não tem sido devidamente empregado, em decorrência da incapacidade da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia de criar as condições indispensáveis aos investimentos projetados e, ao mesmo tempo, em virtude dos cortes anualmente feitos na verba constitucional, ilegalidade lamentável, sob a alegação dos planos de economia do governo da União?

Justificação: Oral.
Sala das Sessões, em 11 de março de 1966. — Cattete Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O requerimento lido não depende de deliberação do Plenário. Será publicado e, em seguida, despachado pela Presidência. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O Sr. 1º Secretário procederá à leitura de projeto de resolução, enviado à Mesa.

E' lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 13, de 1966

Cria o cargo de Segundo Vice-Presidente do Senado

O Senado Federal resolve:

Art. 1º E' criado o cargo de 2º Vice-Presidente do Senado Federal.

Art. 2º O atual cargo de Vice-Presidente passa a ser de 1º Vice-Presidente.

Art. 3º Compete ao 2º Vice-Presidente:

a) substituir o Presidente nas suas faltas ou impedimentos, na ausência do 1º Vice-Presidente;

b) exercer as atribuições estabelecidas no § 4º do art. 70 e no parágrafo único do art. 208 da Constituição Federal, quando não as tenha exercido o Presidente dentro de 48 horas ou o 1º Vice-Presidente dentro de 96 horas;

c) designar e dispensar o pessoal de seu Gabinete, obedecendo as normas aprovadas pelo Senado.

Art. 4º No ano em curso o provimento do cargo de 2º Vice-Presidente far-se-á por meio de eleição, dentro das 48 horas que se seguirem à publicação desta Resolução.

Justificação

A Mesa do Senado se ressentia da falta de uma segunda Vice-Presidência, cujo titular possa repartir com o da Vice-Presidência existente os encargos decorrentes da substituição do Presidente em seus impedimentos.

E' com o objetivo de sanar essa falha que se apresenta o presente projeto.

Sala das Sessões, 4 de março de 1966. — Filinto Müller.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O projeto que acaba de ser lido ficará sobre a mesa, pelo prazo de três dias, a fim de receber emendas. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Sobre a mesa comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário:

E' a seguinte a

COMUNICAÇÃO

Senhor Presidente do Senado Federal:

Cumpre-me comunicar a Vossa Excelência, para os devidos fins, que, designado para participar, como representante desta Casa, no IX Congresso da Confederação Oficial de Turismo da América Latina, COTAL, a realizar-se em Montevideu, Uruguai, na próxima semana, estarei ausente do País, de 14 a 20 de mês em curso.

Sala das Sessões, 10 de março de 1966. — Adalberto Sena.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A comunicação lida vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Estão presentes 30 Senhores Senadores.
Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 22, de 1965, que modifica a Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União), projeto aprovado nos termos de subemenda da Comissão de Constituição e Justiça na sessão de 20-10-65, tendo parecer, sob nº 1.250, de 1965, da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido.

— Em discussão o projeto. (Pausa.)
Nenhum Sr. Senador desejando usar a palavra, declaro encerrada a discussão.

Não havendo emendas, nem requerimentos para que o projeto seja submetido a votos, é ele dado como definitivamente aprovado, nos termos do Regimento.

E' o seguinte o projeto aprovado:

Redação do vencido, para segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 22, de 1965, que dá nova redação ao art. 35 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 35 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 35. No texto do ato de nomeação de funcionário público

civil da União para cargo cujo provimento exija diploma de conclusão de curso superior, bem assim em todos os demais atos administrativos atinentes à sua vida funcional, é obrigatória referência especial ao respectivo título profissional.

Parágrafo único. Ao entrar em exercício, o funcionário apresentará ao órgão competente os elementos necessários ao assentamento individual."

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 2:

Discussão, em primeiro turno (4º dia), do Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1965, apresentado pelo Sr. Senador José Ermirio de Moraes e outros, que dá nova redação ao § 1º, do artigo 153, da Constituição Federal, tendo parecer favorável, sob nº 34, de 1966, da Comissão Especial.

— Em discussão o Projeto no seu 4º dia. (Pausa.)

Nenhum Sr. Senador desejando usar da palavra, declaro encerrada a discussão.

O Projeto voltará à Ordem do Dia para o quinto dia do primeiro turno de discussão.

Esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Não há oradores inscritos. (Pausa.)

Nada mais havendo que tratar, vou anunciar a Ordem do Dia para a próxima sessão, que será a seguinte:

ORDEM DO DIA

Sessão em 14 de março de 1966

(Segunda-Feira)

1

Discussão em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 127, de 1966, do Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 1965 (número 2.019-B-65 na Casa de origem), que prorroga por 2 (dois) anos o prazo fixado no art. 1º da Lei número 3.640, de 10 de outubro de 1959, que disp. e sobre os exames de habilitação para os Auxiliares de Enfermagem e Parteiras Práticas.

2

Discussão, em turno único da redação final, oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 128, de 1966, da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1966 (nº 3.373-B-65 na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a alienar, por intermédio do Serviço do Patrimônio da União, o imóvel situado na Rua Conselheiro Crispiniano nº 378, em São Paulo.

3

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 10, de 1965, de autoria do Sr. Senador Adalberto Sena, que determina que pelo prazo de 4 anos, a partir da época de exames do ano vindouro, seja permitida inscrição em curso de habilitação para matrícula nos cursos das faculdades de filosofia, ciências e letras, a professor do ensino de grau médio registrado em órgão competente do Ministério da Educação e Cultura (projeto aprovado em 1º tur-

no, com emendas, em 16-2-1966), tendo parecer nº 126, de 1966, da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido.

4

Discussão, em primeiro turno (3º dia), do Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1965, apresentado

pelo Sr. Senador José Ermirio de Moraes e outros, que dá nova redação ao § 1º, do artigo 153, da Constituição Federal, tendo Parecer favorável, sob nº 34, de 1966, da Comissão Especial.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 55 minutos).

ATAS DAS COMISSÕES

COOPERATIVA HABITACIONAL DOS SERVIDORES DO SENADO FEDERAL

COHASEFE — INSC. 3.998
ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da COHASEFE convida os senhores associados para uma Assembleia Geral Ordinária a se realizar a 28 de março próximo às 18 horas, na sala da Comissão de Finanças do Senado. Na falta de número legal, a Assembleia se instalará em segunda convocação, oito dias após, à mesma hora e local.

ORDEM DO DIA

- a) deliberação sobre o Balcão Geral. Relatório do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal;
 - b) eleger os integrantes do Conselho de Administração para o biênio 66-67;
 - c) assuntos de interesse geral.
- Brasília, 7 de março de 1966. — Alberto Moreira de Vasconcellos, Presidente.

COMISSÃO DE FINANÇAS

1ª REUNIÃO, DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINARIA, REALIZADA EM 9 DE FEVEREIRO DE 1966

As 10 horas do dia 9 de fevereiro de 1966, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senhor Senador Argemiro de Figueiredo, presentes os Senhores Lobão da Silveira, Wilson Gonçalves, Bezerra Neto, José Ermirio, Irineu Bornhausen, Eurico Rezende, Lino de Mattos, Daniel Krieger, Eugênio de Barros e Mello Braga, reunem-se a Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Victorino Freire, Sigifredo Pacheco, Pessoa de Queiroz e Aurélio Vianna.

São relatados os seguintes projetos constantes da pauta:

— pelo Senador Bezerra Neto

favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 326, de 1965, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 99.807.900, destinado a atender às despesas de viagem e estada no exterior do representante do auxílio Ministério junto à ALAIC;

favorável, nos termos da emenda substitutiva que oferece, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1965, que mantém o ato do Tribunal de Contas da União que denegou registro ao contrato de compra e venda, celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e Pinho e Terras Limitada;

favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 1966, que autoriza a abertura de créditos especiais, que discrimina, no total de Cr\$ 6.282.077.127,50;

favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 9, de 1964, que dispõe sobre o ingresso na carreira de Agente Fiscal do Imposto de Consumo;

favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 2, de 1963, que acrescenta um parágrafo ao artigo 67 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960;

Submetidos os processos à discussão e votação, são aprovados, tendo o Senhor José Ermirio assinado com restrições quanto ao Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 1966.

— pelo Senador José Ermirio

favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1965, que declara de utilidade pública a Irmandade de Santa Casa da Misericórdia de Valença, com sede em Valença, Estado do Rio;

favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 1965, que revoga decisão do Tribunal de Contas denegatória do registro de contrato celebrado entre a Delegacia Seccional do Imposto de Renda, em Barra do Piraí, e Angelina da Glória Nogueira Carvalho, em 1º de agosto de 1953.

Os pareceres são, por unanimidade, aprovados pela Comissão.

— pelo Senador Irineu Bornhausen

favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 1966, que concede isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, para 4 empilhadeiras importadas conforme licença número DC-62/2028-2535, da Carteira de Comércio Exterior;

favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 1966, que dispõe sobre a aplicação das verbas orçamentárias destinadas ao desenvolvimento econômico e social, ou a investimentos, e das vinculadas a ajustes bilaterais, e dá outras providências;

contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 50, de 1965, que altera dispositivos da Lei nº 3.863-A, de 24 de janeiro de 1961; e

audiência do Instituto Nacional do Pinho ao Projeto de Lei da Câmara nº 276, de 1965, que isenta de registro no Instituto Nacional do Pinho, as serrarias coloniais;

Os pareceres são aprovados pela Comissão, tendo o Senhor Eurico Rezende assinado com restrições quanto ao Projeto de Lei do Senado nº 50, de 1965.

— Pelo Senador Lobão da Silveira

favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1966, que autoriza o Poder Executivo, por intermédio do Serviço de Patrimônio Nacional, a alienar o imóvel situado na Rua Conselheiro Crispiniano nº 378, em São Paulo.

A Comissão aprova o parecer.

— pelo Senador Eurico Rezende

favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 1965, que mantém o ato do Tribunal de Contas da União que denegou registro ao termo do contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Geraldo Amaro da Silva e sua mulher;

contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 38, de 1965, que dispõe sobre uso de viaturas oficiais e dá outras providências;

contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 120, de 1963, que declara de utilidade pública a "Associação de Caridade Hospital de Iguaçu", com sede em Nova Iguaçu, Estado do Rio;

favorável, nos termos do Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 38, de 1965, que mantém a decisão do Tribunal de Contas que re-

cusou registro ao contrato celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e Barth Affroni & Cia. Ltda. Os pareceres são aprovados pela Comissão.

— pelo Senador Daniel Krieger

favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 327, de 1965, que cria o Fundo da Propriedade Industrial (FPI), e dá outras providências.

Sem restrições, é o parecer aprovado pela Comissão.

— pelo Senador Lino de Mattos

contrário à emenda nº 2, com como das Subemendas da Comissão de Segurança Nacional e da Comissão de Constituição e Justiça à Emenda número 1-CSN, ao Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 1964, que promove ao posto imediato o militar que, em pleno serviço ativo, vier a falecer em consequência de ferimentos recebidos em campanha, ou na manutenção da ordem pública, ou em virtude de acidente em serviço;

favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 331, de 1965, que isenta dos impostos de importação e de consumo materiais destinados à fabricação de café solúvel;

favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 275, de 1965, que modifica a Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Imposto de Consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas.

Os pareceres são aprovados pela Comissão.

— pelo Senador Eugênio Furtos

favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 49 de 1965, que aprova decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro a termo de rescisão, de 19-11-58, com contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a Empresa Byington & Cia. na data de 30 de dezembro de 1950;

favorável à emenda de Plenário do Projeto de Lei da Câmara nº 139 de 1965, que inclui, na Região da Fronteira Sudoeste do País, os Municípios de Marcelino Ramos, Maximiliano de Almeida, Paim Filho e Machadinho;

favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 312, de 1965, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000, para a arcar as despesas relacionadas com o Comitê Provisório da ALALC.

A Comissão aprova os pareceres.

— pelo Senador Wilson Gonçalves
favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 1966, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 400.000.000, destinado à aquisição de um imóvel para a instalação da Central de Telex, do Centro de Triagem Postal e de uma Agência em Curitiba;

favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1966, que autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 11.000.000.000, para atender às despesas de qualquer natureza do Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes e das outras providências;

favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 332, de 1965, que autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 110.000.000, destinados à construção de nova sede para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Os pareceres são aprovados pela Comissão, com restrições dos Senhores Eurico Rezende e José Ermirio quanto ao Projeto de Lei da Câmara nº 332, de 1965, dos Senhores Lino de Mattos e José Ermirio quanto ao Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1966, e o Senhor Mello Braga assina

sendo quanto ao valor do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1966.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Hugo Rodrigues Figueiredo, Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

2ª REUNIAO, DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINARIA, REALIZADA EM 18 DE FEVEREIRO DE 1966.

A 16 horas do dia 18 de fevereiro de 1966, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senhor Senador Argemiro de Figueiredo, presentes os Senhores Senadores Eurico Rezende, Carlos Passos, Wilson Gonçalves, Aurélio Vianna, José Guimard, Eugênio Barros, Pedro Ludovico, Menezes Lobão e Lobão da Silveira, reúne-se a Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Victorino Freire, Siqueira Pacheco, Bezerra Neto, Pessoa de Faria, Irineu Bornhausen e Lúcio de Mattos.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior e, em seguida aprovada.

São relatados os seguintes projetos constantes da pauta:

— pelo Senador Eurico Rezende

Contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 77, de 1964, que regulamenta a atividade dos armadores e conexos em localidades não portuárias, e

Contrário ao Projeto de Lei da Câmara nº 271, de 1953, que institui o Fundo Portuário, regula sua distribuição e dá outras providências.

Os pareceres são aprovados pela Comissão, com restrições do Senhor Senador Aurélio Vianna.

— pelo Senador Lobão da Silveira

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 269, de 1965, que cria o "Prêmio Nacional Adriano da Costa Ramalho" e dá outras providências; bem como à emenda nº 1 da Comissão de Relações Exteriores; e

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1966, que transforma em Fundação a atual Casa Rui Barbosa e dá outras providências; e

A Comissão aprova, por unanimidade, os pareceres.

— pelo Senador Eugênio Barros

Favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 58, de 1965, que aprova o Protocolo que modifica o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, pela inserção de uma parte IV relativa ao Comércio e Desenvolvimento, firmado em Genebra, em 8 de Fevereiro de 1963.

A Comissão aprova o parecer.

— pelo Senador Wilson Gonçalves

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 328, de 1965, que autoriza a abertura de créditos especiais num montante de Cr\$ 45.994.312.818, a diversos Ministérios e Órgãos subordinados à Presidência da República; e favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 214, de 1965, que altera a redação do item IV do art. 7º da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960 (Penções Militares).

Submetidos os pareceres à discussão e votação, são aprovados, tendo o Senhor Aurélio Vianna assinado com restrições quanto ao Projeto de Lei da Câmara nº 328, de 1965.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Hugo Rodrigues Figueiredo, Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

2ª REUNIAO, EXTRAORDINARIA, REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 1966

As dezesseis horas do dia dez de março de mil novecentos e sessenta e seis, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senhor Senador Milton Campos, presentes os Senhores Senadores Bezerra Neto, Eurico Rezende, Gay da Fonseca, Adalberto Sena e Daniel Krieger, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixam de comparecer por motivo justificável, os Srs. Senadores Wilson Gonçalves, Jefferson de Aguiar, Afonso Arinos, Heriberto Vieira, Antônio Balbino, Arthur Virgílio e Josephat Marinho.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior e, em seguida aprovada.

Dos projetos constantes da pauta são relatados os seguintes:

Pelo Senador Bezerra Neto

Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 150-65 — Fixa o grau mínimo para aprovação de candidaturas ao serviço público federal; o Projeto de Decreto Legislativo nº 51-65 — Retira o ato do Tribunal de Contas que nega o registro ao contrato celebrado entre o DCT e o Sr. Mikhail Naum Sayeg, para locação de imóvel; o Projeto de Decreto Legislativo nº 37-65 — Mantém decisão denegatória do Tribunal de Contas da União ao registro dos contratos celebrados entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao "Banco Nacional" e 423 adjudicantes de glebas de terras situadas em área da Southern Brazil Lumber and Colonization Company; do Projeto de Decreto Legislativo nº 48-65 — Mantém decisão do Tribunal de Contas de União denegatória do registro do termo de concessão celebrado entre a União Federal e o Banco de Crédito da Amazônia S. A., para a constituição de arrendamento do terreno de mata e arrendo de matinha situada em Brém, Estado de Pará.

Pela constitucionalidade do Projeto de Lei do Senado nº 68-65 — Altera normas de elaboração estatística do Sistema Nacional de Transportes e dá outras providências; do Projeto de Lei da Câmara nº 137-65 — Dispõe sobre o pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias a servidores públicos civis, assegurados por sentenças concessivas de mandados de segurança e dá outras providências.

Pelo sobrestamento do Projeto de Lei do Senado nº 76-64 — Da nova redação ao art. 632 do Código de Processo Civil, ate a apreciação do ante-projeto do Código de Processo Civil, a ser remetido ao Congresso.

Pela aprovação, adotando o como emenda substitutiva aos PLS nº 44-63 e PLC nº 66-65, do Projeto de Lei da Câmara nº 81-64 — Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho.

Submetidos os pareceres à discussão e votação são aprovados, sem restrições, com exceção do Projeto de Lei da Câmara nº 150-65 que é dada vista ao Senhor Senador Eurico Rezende.

Pelo Senador Eurico Rezende

Pela constitucionalidade do Projeto de Lei da Câmara nº 323-65 — Inclui a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino, na categoria dos estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.

Submetido o parecer à discussão e votação, sem restrições, é aprovado.

O Senhor Presidente declara que vai tornar a sessão secreta, a fim de apreciar a Mensagem nº 6-66 do Senhor Presidente da República submetendo à aprovação do Senado o

nome do Dr. Henoch da Silva Reis para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Federal de Recursos, dando a palavra ao Relator da matéria, Senador Gay da Fonseca.

Tornada pública, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Comissão Mista para estudo e parecer sobre o projeto de Lei nº 1, de 1966 (CN), que "Fixa normas da Direção Agrária, dispõe sobre o sistema de organização e funcionamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária e dá outras providências"

ATA DA 1ª REUNIAO, INSTALACAO, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 1966.

Os dez dias do mês de março do ano de mil novecentos e sessenta e seis, às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos, na Sala de reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores José Leite, Antônio Carlos Eurico Rezende, Lopes da Costa, Atílio Fontana, Gay da Fonseca, Manoel Villaga, Argemiro de Figueiredo, Aurélio Vianna, José Ermirio, João Abrahão e os Senhores Deputados Geraldo Freire, Flores Soares, Cid Carvalho, Simão da Cunha e Henrique Lima, reúne-se, para sua sessão instalatória, a Comissão Mista do Congresso Nacional incumbida de emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 1, de 1966 (C.N.).

Ausentes, com causa justificada, os Senhores Deputados Arruda Câmara, Geraldo Guedes, Floriano Rubin, João Cleophas, Ivan Luz, Pacheco Chaves e o Senhor Senador Argemiro de Figueiredo.

De conformidade com o preceituado no art. 32, do Regimento Comum assume a Presidência o Senhor Senador José Ermirio, que declara instalados os trabalhos.

Em prosseguimento, o Senhor Presidente comunica que, a fim de dar cumprimento a dispositivo regimentar, irá proceder à eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas o Senhor Senador José Ermirio, no exercício eventual da Presidência, convida para funcionar como escrutinador o Senhor Senador Atílio Fontana.

Procedida a eleição verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:	Votos
Senador Argemiro de Figueiredo	12
Em branco	3
Para Vice-Presidente:	
Senador Antônio Carlos	11
Em branco	4

Continuando, são declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Senadores Argemiro de Figueiredo e Antônio Carlos.

Assumindo a Presidência da Comissão o Senhor Senador Antônio Carlos, Vice-Presidente, em virtude da ausência do Senhor Presidente eleito, agradece a seus pares a honra com que foi distinguido.

Em prosseguimento, o Senhor Presidente faz ciente aos Senhores componentes da Comissão de que as emendas deverão ser encaminhadas à Secretaria da Comissão, no décimo primeiro andar do Edifício Anexo do Senado Federal, nos dias 11 (onze), 12 (doze), 14 (quatorze), 15 (quinze) e 16 (dezesseis), nos horários das 7:00 às 19:00 e, durante a noite, quando

houver sessão em qualquer uma das duas Casas do Congresso Nacional, como determina a Resolução nº 1, de 1964 (CN), na letra "a" do seu artigo 8º. Comunicando, ainda, que o Secretário da Comissão providenciará a publicação das emendas em avulsos, para prévio conhecimento dos Senhores Senadores e Deputados membros da Comissão.

A seguir, o Senhor Presidente determina sejam lidas as Normas Disciplinadoras dos Trabalhos da Comissão para, em seguida, colocá-la em votação.

Colocada em votação são as normas aprovadas por unanimidade, as quais, por determinação do Senhor Presidente, serão publicadas como anexo da presente ata.

Dando continuidade aos trabalhos, o Senhor Senador Antônio Carlos passa à parte relativa à designação do Senhor Relator da proposição que motivou a criação deste órgão técnico. E, nesta oportunidade, consulta o seus pares sobre a indicação do Senhor Deputado Geraldo Freire para tal investidura. Usam da palavra, em ensejo, tendo considerações sobre a competência do Senhor Vice-Presidente em distribuir o projeto na ausência do Senhor Presidente os Senhores Flores Soares, Cid Carvalho, Henrique Lima, Eurico Rezende e Manoel Villaga.

O Senhor Presidente resolve colocar em votação a questão de arrip em apêndice. Em votação é a questão e ordem rejeitada por 10 votos contrários e 2 abstenções.

Continuando, o Senhor Presidente de conformidade com o parágrafo único, do art. 1º das normas, e a soberana decisão do plenário da Comissão designa o Senhor Deputado Geraldo Freire para Relator.

O Senhor Deputado Geraldo Freire, pede a palavra e, na oportunidade, agradece sua indicação.

Concluído, o Senhor Presidente, de conformidade com o art. 32, do Regimento Comum, designa para exercer as funções de Secretário da Comissão o Auxiliar Legislativo, PL-7 do Quadro da Secretaria do Senado Federal, José Ney Passos Dantas.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra os trabalhos da presente reunião, convocando os Senhores membros para uma reunião no dia vinte e dois do corrente mês às dezesseis horas, para apreciação do parecer do Senhor Relator. E, para constar, eu, J. Ney Passos Dantas, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida, aprovada e assinada pelo Senhor Presidente e demais membros, vai à publicação. — Senador Antônio Carlos, Vice-Presidente, no exercício da Presidência. — Senador José Leite. — Senador Eurico Rezende. — Senador Lopes da Costa. — Senador Atílio Fontana. — Senador Gay da Fonseca. — Senador Manoel Villaga. — Senador Aurélio Vianna. — Senador José Ermirio. — Senador João Abrahão. — Deputado Flores Soares. — Deputado Cid Carvalho. — Deputado Simão da Cunha. — Deputado Henrique Lima.

ÍNTGRA DAS NORMAS DISCIPLINADORAS DOS TRABALHOS DA COMISSAO

Art. 1º Instalada a Comissão e eleitos o Presidente e o Vice-Presidente o Presidente designará o Relator.

Parágrafo único. A designação do Relator será de livre iniciativa do Presidente eleito, mas não poderá ser indicado parlamentar da mesma legenda partidária do Presidente.

Art. 2º O Presidente, ouvida a Comissão, determinará local, no Congresso Nacional, dia e hora para a apresentação das emendas ao Projeto de Lei, fixando-se, desde logo, o termo final do prazo de 5 (cinco) dias previstos na letra "a", do ar-

tigo 8º da Resolução nº 1, de 1964 (C.N.).

Parágrafo único. As emendas deverão ser apresentadas ao Secretário da Comissão Mista, no local e horário previamente determinados.

Art. 2º Terminado o prazo de 5 (cinco) dias destinado à apresentação de emendas ao Projeto (letra "a" do art. 8º da Resolução nº 1, de 1964 (C.N.)), serão as mesmas examinadas pelo Presidente da Comissão, que dará como não aceitas aquelas que aumentem a despesa proposta pelo Presidente da República (letra "b" do art. 8º da Resolução nº 1 de 1964 (C.N.)).

Parágrafo único. Da decisão do Presidente sobre a não aceitação de emendas caberá recurso para a Comissão, nas 24 (vinte e quatro) horas subsequentes ao termo final do prazo fixado para o recebimento das emendas, improrrogavelmente. Só será admitido recurso subscrito por 6 (seis) membros da Comissão, no mínimo.

Art. 4º Não serão apreciadas pela Comissão, as emendas que, a julgo do seu Presidente, ouvido o Relator, não sejam pertinentes ao Projeto isto é, não se refiram a matéria constante de qualquer de seus dispositivos.

Art. 5º A Comissão, a requerimento do autor da emenda, ou com o apoio de pelo menos 6 (seis) de seus integrantes, poderá apreciar a preliminar da respectiva impertinência.

Art. 6º Após a Comissão ter se manifestado sobre os recursos, será aberto o prazo de 72 horas ao Relator para apresentar o seu parecer, que poderá concluir por substitutivo (letra "f" do art. 8º da Resolução número 1, de 1964 (C.N.)).

Art. 7º A discussão será uma só sobre o Parecer e emendas. Poderá usar da palavra, sobre a matéria em discussão, durante 5 (cinco) minutos, qualquer membro da Comissão Líder de Partido ou de Bloco Parlamentar. Se a matéria em discussão for emenda, também poderá usar da palavra o seu autor pelo mesmo limite de tempo. O Relator terá igual direito, pelo prazo de 10 (dez) minutos.

Art. 8º Encerrada a discussão, proceder-se-á a votação, que não terá encaminhamento. Para efeito de votação, que se realizará em globo as emendas serão divididas em 3 (três) grupos:

- a) emendas com parecer favorável;
- b) emendas com subemendas; e
- c) emendas com parecer contrário.

Art. 9º As questões de ordem serão sucintamente propostas e conclusivamente resolvidas pelo Presidente, podendo ser propostas e contraditadas pelos membros da Comissão exclusivamente.

§ 1º Cada questão de ordem só pode ser contraditada por um só congressista.

§ 2º Os prazos para suscitar, contraditar e decidir as questões de ordem são de 3 (três) minutos.

§ 3º As questões de ordem não podem ser renovadas depois de decididas pelo Presidente.

Art. 10. Qualquer destaque de emenda para votação em separado será requerido no prazo comum de dez minutos, antes da votação, pelo prazo de 5 (cinco) minutos, o autor da emenda, ou um representante de seu Partido na Comissão, o autor do destaque e o Relator.

Art. 11. Somente aos membros da Comissão serão permitidos a apresentação de subemendas, igualmente reguladas pelos arts. 2º, 5º e 6º destas normas.

Art. 12. Última da votação, o Relator redigirá o parecer, se entender de apresentar substitutivo, o qual será votado em bloco, somente admitidas emendas que visem a corrigir a redação ou suprir omissões acaso verificadas.

Art. 13. Com o parecer da Comissão Mista, os seus trabalhos serão suspensos até que, a respeito do Projeto, delibere o Plenário do Congresso Nacional.

Art. 14. A Comissão incumbirá a elaboração da redação final do Projeto, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da aprovação pelo Plenário (Resolução nº 1, de 1964 (C.N.), art. 8º, letra "k").

Art. 15. As emendas e o Parecer serão distribuídas aos membros da Comissão, para prévio conhecimento, no dia previsto para a discussão e votação do Parecer.

Art. 16. Somente será aceita pela Comissão a emenda que se fizer acompanhar, além do original, de 3 (três) cópias.

Art. 17. Estas normas serão observadas pela Comissão Mista, e, nos casos omissos, serão observadas as disposições do Regimento Comum.

AVISO

1 — A Comissão receberá emendas nos dias 11, 12, 14, 15 e 16 de março;
2 — As emendas deverão ser encaminhadas ao 11º andar do Anexo do Senado Federal nos horários das 9:00 às 19:00 horas e durante a noite, quando houver sessão em qualquer das duas Casas do Congresso;

3 — Término do prazo para apresentação de emendas na Comissão: dia 16, às 24:00 horas;

4 — As emendas só serão recebidas quando acompanhadas de um original e três cópias;

5 — Encerrado o prazo de entrega das emendas, será aberto o prazo de 24 (vinte e quatro) horas constante do parágrafo único, do art. 3º das Normas, para recebimento de recursos;

6 — Durante o decorrer do citado período, haverá na Secretaria da Comissão plantão ininterrupto, para recebê-los; e

7 — A apresentação do parecer do Relator, perante a Comissão, dar-se-á no dia 22 (vinte e dois), às 16:30 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal.

Em 10 de março de 1966. — Senador Antônio Carlos, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio

Vice-Presidente: Eugênio Barros

ARENA

TITULARES

Eugênio Barros
José Feliciano
Lopes da Costa
Antônio Carlos
Júlio Leite

SUPLENTE

Vivaldo Lima
Atilio Fontana
Dix-Huit Rosado
Adolpho Franco
Zacarias de Assumpção

Argemiro de Figueiredo
José Ermírio
Secretário: J. Ney Passos Dantas
Reuniões: Quartas-feiras, às 16:00 horas.

MDB

Nelson Maculan
Pedro Ludovico

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Milton Campos

Vice-Presidente: Senador Wilson Gonçalves

ARENA

SUPLENTE

Wilson Gonçalves
Jefferson de Aguiar
Afonso Arinos
Heribaldo Vieira
Eurico Rezende
Milton Campos
Gay da Fonseca

Filinto Müller
José Feliciano
Daniel Krieger
Menezes Pimentel
Benedicto Valladares
Melo Braga
Vasconcelos Torres

MDB

Antônio Balbino
Arthur Virgílio
Bezerra Neto
Josaphat Marinho
Secretária: Maria Helena Bueno Brandão, Oficial Legislativo, PL-6.
Reuniões: 4ªs.-feiras, às 16 horas.

Alvaro Steinbruch
Adalberto Sena
Edmundo Levi
Aurélio Vianna

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Silvestre Péricles

Vice-Presidente: Lopes da Costa

ARENA

SUPLENTE

Eurico Rezende
Heribaldo Vieira
Lopes da Costa
Melo Braga
José Guilomard

José Feliciano
Filinto Müller
Zacarias de Assumpção
Benedicto Valladares
Vasconcelos Torres

MDB

Aurélio Vianna
Silvestre Péricles
Secretário: Alexandre Mello
Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

Oscar Passos
Adalberto Sena

COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Atilio Fontana

Vice-Presidente: Arthur Virgílio

ARENA

SUPLENTE

Atilio Fontana
Júlio Leite
José Feliciano
Adolpho Franco
Melo Braga
Domicio Gondim

Jefferson de Aguiar
José Leite
Sigefredo Pacheco
Zacarias de Assumpção
Dix-Huit Rosado
Gay da Fonseca

MDB

Nelson Maculan
Pedro Ludovico
Arthur Virgílio
Secretária: Aracy O'Reilly de Souza
Reuniões: Quartas-feiras às 15:30 horas.

João Abrahão
Josaphat Marinho
José Ermírio

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Senador Padre Calazans

ARENA

SUPLENTE

Menezes Pimentel
Padre Calazans
Gay da Fonseca
Arnon de Melo
José Leite

Benedicto Valladares
Afonso Arinos
Melo Braga
Sigefredo Pacheco
Antônio Carlos

MDB

Antônio Balbino
Josaphat Marinho
Secretária: Aracy O'Reilly de Souza.
Reuniões: Quintas-feiras às 15:30 horas.

Arthur Virgílio
Edmundo Levi

COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Argemiro de Figueiredo

Vice-Presidente: Senador Irineu Bornhausen

ARENA

TITULARES

Victorino Freire
Lobão da Silveira
Sigefredo Pacheco
Wilson Gonçalves
Irineu Bornhausen
Adolpho Franco
José Leite
Domicio Gondim
Manoel Villaga
Lopes da Costa

SUPLENTE

Atílio Fontana
José Guimard
Eugênio Barros
Menezes Pimentel
Antônio Carlos
Daniel Krieger
Júlio Leite
Gay da Fonseca
Melo Braga
Filinto Müller

M D B

Argemiro de Figueiredo
Bezerra Neto
João Abrahão
Oscar Passos
Pessoa de Queiroz

Edmundo Levi
Josaphat Marinho
José Ermírio
Lino de Mattos
Silvestre Péricles

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.
Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador José Feliciano

Vice-Presidente: Senador Nelson Maculan

ARENA

TITULARES

José Feliciano
Atílio Fontana
Adolpho Franco
Domicio Gondim
Irineu Bornhausen

SUPLENTE

Lobão da Silveira
Vivaldo Lima
Lopes da Costa
Eurico Rezende
Eugênio Barros

M D B

José Ermírio
Nelson Maculan

Aarão Steinbruch
Pessoa de Queiroz

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg. PL-6.
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Vivaldo Lima

Vice-Presidente: Senador José Cândido

ARENA

TITULARES

Vivaldo Lima
José Cândido
Eurico Rezende
Zacharias de Assunção
Atílio Fontana
Eugênio Barros

SUPLENTE

José Guimard
José Leite
Lopes da Costa
Heribaldo Vieira
Lobão da Silveira
Manoel Villaga

M D B

Aarão Steinbruch
Edmundo Levi
Ruy Carneiro

Antônio Balbino
Aurélio Vianna
Bezerra Neto

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.
Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidentes: Domicio Gondim

ARENA

TITULARES

Domicio Gondim
Jefferson de Aguiar
Benedicto Valladares
José Leite
Lopes da Costa

SUPLENTE

Afonso Arinos
José Feliciano
José Cândido
Melo Braga
Filinto Müller

M D B

Josaphat Marinho
José Ermírio

Argemiro de Figueiredo
Nelson Maculan

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.
Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

COMISSÃO DO POLÍGONO DAS SECAS

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Ruy Carneiro

Vice-Presidente: Senador Manoel Villaga.

ARENA

TITULARES

Manoel Villaga
Sigefredo Pacheco
Heribaldo Vieira
Júlio Leite
Dix-Huit Rotado

SUPLENTE

Menezes Pimentel
José Leite
Lopes da Costa
Antônio Carlos
Domicio Gondim

M D B

Aurélio Vianna
Ruy Carneiro

Argemiro de Figueiredo
Pessoa de Queiroz

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.
Reuniões: Quintas-feiras, às dezessete horas.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Jefferson de Aguiar

Vice-Presidente: Senador Antônio Carlos

ARENA

TITULARES

Jefferson de Aguiar
Wilson Gonçalves
Antônio Carlos
Gay da Fonseca
Eurico Rezende
José Guimard

SUPLENTE

José Feliciano
Filinto Müller
Daniel Krieger
Adolpho Franco
Irineu Bornhausen
Rui Palmeira

M D B

Bezerra Neto
José Ermírio
Lino de Mattos

Antônio Balbino
Aurélio Vianna
Ruy Carneiro

Secretário: José Soares de Oliveira Filho.
Reuniões: Quartas-feiras, às 15 horas.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Senador Pessoa de Queiroz

ARENA

TITULARES

Benedicto Valladares
Filinto Müller
Rui Palmeira
Vivaldo Lima
Antônio Carlos
José Cândido
Padre Calazas

SUPLENTE

José Guimard
Victorino Freire
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Irineu Bornhausen
Arnon de Melo
Heribaldo Vieira

M D B

Aarão Steinbruch
Aurélio Vianna
Oscar Passos
Pessoa de Queiroz

Argemiro de Figueiredo
João Abrahão
Nelson Maculan
Ruy Carneiro

Secretário: J. B. Castejon Franco.
Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SAÚDE

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaga

ARENA

TITULARES

Sigefredo Pacheco
Miguel Couto
Manoel Villaga

SUPLENTE

Júlio Leite
Lopes da Costa
Eugênio de Barros

M D B

Adalberto Sena
Pedro Ludovico

Oscar Passos
Silvestre Péricles

Secretário: Alexandre Mello.
Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Zacarias de Assumpção

Vice-Presidente: Senador Oscar Passos

ARENA**TITULARES**

José Guimard
Victorino Freire
Zacarias de Assumpção
Irineu Bornhausen
Sigefredo Pacheco

SUPLENTE

Atílio Fontana
Dix-Huit Rosado
Adolpho Franco
Eurico Rezende
Manoel Villaça

M D B

Oscar Passos
Silvestre Péricles

Josaphat Marinho
Ruy Carneiro

Secretária: Carmelita de Souza.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Vasconcelos Tórres

Vice-Presidente: Senador Victorino Freire

ARENA**TITULARES**

Vasconcelos Tórres
Victorino Freire
Mello Braga
Arnon de Mello
Sigefredo Pacheco

SUPLENTE

José Feliciano
Filinto Müller
Antônio Carlos
Miguel Couto
Manoel Villaça

M D B

Adalberto Sena
Nelson Maculan

Aurélio Vianna
Lino de Matos

Secretário: J. Ney Passos Dantas.

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(6 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Dix-Huit Rosado

Vice-Presidente: João Abrahão

ARENA**TITULARES**

José Leite
Arnon de Melo
Dix-Huit Rosado

SUPLENTE

Eugênio Barros
Jefferson de Aguiar
José Guimard

M D B

João Abrahão
Ruy Carneiro

Arthur Virgílio
Pedro Ludovico

Secretária: Carmelita de Souza.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(6 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Edmundo Levi

Vice-Presidente: José Guimard

ARENA**TITULARES**

José Guimard
Vivaldo Lima
Lopes da Costa

SUPLENTE

Filinto Müller
Zacarias de Assunção
João da Silveira

M D B

Edmundo Levi
Oscar Passos

Adalberto Sena
Arthur Virgílio

Secretária: Neuza Joanna Orlando Veríssimo.

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

MESA

Presidente — Moura Andrade
 Vice-Presidente — Nogueira da Gama
 1º Secretário — Dinarte Mariz
 2º Secretário — Gilberto Marinho
 3º Secretário — Adalberto Sena
 4º Secretário — Cattete Pinheiro
 1º Suplente — Joaquim Parente
 2º Suplente — Guido Mondin
 3º Suplente — Vasconcellos Torres
 4º Suplente — Raul Gluberti

AGRICULTURA

Presidente: Senador José Ermírio
 Vice-Presidente: Senador Eugênio Barros

TITULARES

Eugênio Barros
 José Feliciano
 José Ermírio
 Nelson Maculan
 Lopes da Costa
 Antônio Carlos
 Dylton Costa

SUPLENTE

1. José Leite
 2. Atílio Fontana
 3. Dix-Huit Rosado
 4.
 5. Daniel Krieger
 6. João Agripino
 7. Aurélio Vianna

Secretário: J. Ney Passos Dantas
 Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente: Senador Afonso Arinos
 Vice-Presidente: Senador Wilson Gonçalves.

TITULARES

Jefferson de Aguiar
 Antônio Balbino
 Wilson Gonçalves
 Ruy Carneiro
 Edmundo Levi
 Bezerra Neto
 Arthur Virgílio
 Afonso Arinos
 Heribaldo Vieira

SUPLENTE

1. Menezes Pimentel
 2. José Feliciano
 3. Filinto Müller
 4. Benedito Valladares
 5. Argemiro Figueiredo
 6. Melo Braga
 7. Oscar Passos
 8. Daniel Krieger
 9. Eurico Rezende
 10. João Agripino
 11. Aarão Steinbruch

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

DISTRITO FEDERAL

Presidente: Senador Aurélio Vianna
 Vice-Presidente: Senador Pedro Ludovico.

TITULARES

Pedro Ludovico
 Walfrido Gurgel
 Arthur Virgílio
 Melo Braga
 Eurico Rezende
 Heribaldo Vieira
 Aurélio Vianna

COMISSÕES PERMANENTES**SUPLENTE**

1. José Feliciano
 2. Benedito Valladares
 3. Bezerra Neto
 4.
 5. Zacarias de Assunção
 6. Lopes da Costa
 7. Lino de Mattos
 Secretário: Alexandre Mello
 Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

ECONOMIA

Presidente: Senador Atílio Fontana
 Vice-Presidente: Senador José Ermírio.

TITULARES

Atílio Fontana
 José Feliciano
 José Leite
 José Ermírio
 Nelson Maculan
 Adolpho Franco
 Lopes da Costa
 Irineu Bornhausen
 Miguel Couto

SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar
 2. Sigefredo Pacheco
 3. Sebastião Archer
 4. Bezerra Neto
 5. Melo Braga
 6. Zacarias de Assunção
 7. José Cândido
 8. Mem de Sá
 9. Aurélio Vianna
 Secretária: Aracy O'Reilly de Souza
 Reuniões: Quartas-feiras, às 16:30 horas.

EDUCAÇÃO E CULTURA

Presidente: Senador Menezes Pimentel
 Vice-Presidente: Senador Padre Calazans.

TITULARES

Menezes Pimentel
 Walfrido Gurgel

 Arthur Virgílio
 Padre Calazans
 Mem de Sá
 Arnon de Mello

SUPLENTE

1. Benedito Valladares
 2. Sigefredo Pacheco
 3. Edmundo Levi
 4. Melo Braga
 5. Afonso Arinos
 6.
 7. Josaphat Marinho
 Secretária: Aracy O'Reilly de Souza
 Reuniões: Quintas-feiras, às 18:30 horas.

FINANÇAS

Presidente: Senador Argemiro Figueiredo
 Vice-Presidente: Senador Irineu Bornhausen

TITULARES

Victorino Freire
 Lobão da Silveira
 Sigefredo Pacheco
 Wilson Gonçalves
 Walfrido Gurgel
 Argemiro Figueiredo
 Bezerra Neto
 Pessoa de Queiroz

Irineu Bornhausen
 Eurico Rezende
 Mem de Sá
 Aurélio Vianna
 Lino de Mattos

SUPLENTE

1. Atílio Fontana
 2. José Guimard
 4. Nelson Maculan
 3. Eugênio Barros
 4. Menezes Pimentel
 5. Pedro Ludovico
 6. José Ermírio
 7. Edmundo Levi
 8. Melo Braga
 9. Oscar Passos
 10. João Agripino
 11. Adolpho Franco
 12. Daniel Krieger
 13.
 14. Josaphat Marinho
 15. Miguel Couto
 Secretário: Hugo Rodrigues de Figueiredo
 Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente: Senador José Feliciano
 Vice-Presidente: Senador Nelson Maculan

TITULARES

José Feliciano
 Atílio Fontana
 Nelson Maculan
 Barros Carvalho
 Adolpho Franco
 Irineu Bornhausen
 Dilton Costa

SUPLENTE

1. Lobão da Silveira
 2. Sebastião Archer
 3. Vivaldo Lima
 4. Oscar Passos
 5. Lopes da Costa
 6. Eurico Rezende
 7. Aarão Steinbruch
 Secretária: Maria Helena Bueno Brandão
 Reuniões: Quintas-feiras, às 18:30 horas.

LEGISLAÇÃO SOCIAL

Presidente: Senador Vivaldo Lima
 Vice-Presidente: Senador Walfrido Gurgel

TITULARES

Ruy Carneiro
 Walfrido Gurgel
 Atílio Fontana
 Eugênio Barros
 Vivaldo Lima
 Edmundo Levi
 Eurico Rezende
 Heribaldo Vieira
 Aarão Steinbruch

SUPLENTE

1. José Guimard
 2. Sigefredo Pacheco
 3. José Leite
 4. Lobão da Silveira
 5.
 6. Pessoa de Queiroz
 7. Lopes da Costa
 8. Zacarias de Assunção
 9. Dilton Costa

Secretário: Cláudio D. Carneiro Leal

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

MINAS E ENERGIA

Presidente: Josaphat Marinho
 Vice-Presidente: José Ermírio.

TITULARES

Benedito Valladares
 Jefferson de Aguiar
 José Ermírio
 Argemiro Figueiredo
 João Agripino

 Josaphat Marinho

SUPLENTE

1. Pedro Ludovico
 2. Filinto Müller
 3.
 5. José Cândido
 6. Afonso Arinos
 7. Arnon de Mello
 Secretário: Cláudio D. Carneiro Leal
 Reuniões: Quartas-feiras, às 14:30 horas.

POLIGONO DAS SÉCAS

Presidente: Ruy Carneiro
 Vice-Presidente: Aurélio Vianna

TITULARES

Ruy Carneiro
 Sebastião Archer
 Argemiro Figueiredo
 Dix-Huit Rosado
 João Agripino
 Heribaldo Vieira
 Aurélio Vianna

SUPLENTE

1. Sigefredo Pacheco
 2. José Leite
 3. José Ermírio
 4.
 5. Lopes da Costa
 6. Antônio Carlos
 7. Dilton Costa
 Secretário: Cláudio D. Carneiro Leal
 Reuniões: Quartas-feiras, às 13 horas.

PROJETOS DO EXECUTIVO

Presidente: João Agripino
 Vice-Presidente: Jefferson de Aguiar

TITULARES

Wilson Gonçalves
 José Guimard
 Jefferson de Aguiar
 José Ermírio
 Bezerra Neto
 João Agripino
 Antônio Carlos
 Lino de Mattos
 Mem de Sá

SUPLENTE

1. Walfrido Gurgel
 2. José Feliciano
 3. Ruy Carneiro
 4. Melo Braga
 5. Edmundo Levi
 6. Daniel Krieger
 7. Adolfo Franco
 8. Aurélio Vianna
 9.
 Secretário: José Soares
 Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

REDAÇÃO

Presidente: Dix-Huit Rosado
 Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz.

TITULARES

Walfrido Gurgel
 Sebastião Archer
 Dix-Huit Rosado
 Antônio Carlos
 Josaphat Marinho

SUPLENTE

1. Lobão da Silveira
 2. José Feliciano
 3. Edmundo Levi
 4. Eurico Rezende
 5. Dilton Costa
 Secretária: Sarah Abrabão
 Reuniões: Quartas-feiras, às 18 horas.

RELAÇÕES EXTERIORES

Presidente: Benedicto Valladares
Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz.

TITULARES

Benedicto Valladares
Filinto Müller
Menezes Pimentel
José Guilomard
Pessoa de Queiroz
Vivaldo Lima
Oscar Passos
Antônio Carlos
José Cândido
Rui Palmeira
Aarão Steinbruch

SUPLENTE

1. Ruy Carneiro
2. Victorino Freire
3. Wilson Gonçalves
4. José Leite
5. Nelson Maculan
6.
7. Mello Braga
8. Padre Calazans
9. João Agripino
10. Mem de Sá
11. Arnou de Mello
Secretário: J. B. Castejon Branco
Reuniões: Quintas-feiras, às 18 horas.

SAÚDE

Presidente: Sigefredo Pacheco
Vice-Presidente: José Cândido.

TITULARES

Sigefredo Pacheco
Pedro Ludovico
Dix-Huit Rosado
José Cândido
Miguel Couto.

SUPLENTE

1. Walfredo Gurgel
2. Eugênio Barros
3.
4. Lopes da Costa
5. Lino de Matos

Secretário: Alexandre Mello
Reuniões: Terças-feiras, às 18 horas.

SEGURANÇA NACIONAL

Presidente: Zacarias de Assunção
Vice-Presidente: Oscar Passos.

TITULARES

José Guilomard
Victorino Freire
Oscar Passos
Silvestre Péricles

Zacarias de Assunção
Irineu Bornhausen
Aarão Steinbruch
SUPLENTE

1. Ruy Carneiro
2. Atílio Fontana
3. Dix-Huit Rosado
4. José Ermirio
5. Adolpho Franco
6. Eurico Rezende
7. Josaphat Marinho

Secretário: Gerardo Lima de Aguiar

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

Presidente: Padre Calazans
Vice-Presidente: Victorino Freire.

TITULARES

Sigefredo Pacheco
Victorino Freire
Mello Braga
Silvestre Péricles
Padre Calazans
Aloysio de Carvalho
Aurélio Vianna

SUPLENTE

1. José Leite
2. Filinto Müller
3.
4. Dix-Huit Rosado

5. Antônio Carlos
6. Mem de Sá
7. Miguel Couto
Secretário: J. Ney Passos Dantas
Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

**TRANSPORTES
COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS**

Presidente: Lopes da Costa
Vice-Presidente: Mello Braga.

TITULARES

Eugênio Barros
José Leite
Mello Braga
Lopes da Costa
Arnou de Mello

SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar
2. José Guilomard
3. Bezerra Neto
4. Irineu Bornhausen
5. Josaphat Marinho

Secretário: Gerardo Lima de Aguiar

Reuniões: Quartas-feiras, às 18 horas.